

Boletim Informativo | n. 37 | mai. 2023

SITUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO



Coordenação-Geral de
Planejamento no SUS | CGPS

Coordenação da Gestão dos Instrumentos de
Planejamento no SUS | COGINP

DEPARTAMENTO DE GESTÃO
INTERFEDERATIVA E PARTICIPATIVA | DGIP

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Sumário

Resultados relativos ao Plano de Saúde	5
Resultados relativos à Programação Anual de Saúde (PAS)	7
Resultados relativos ao Relatório Anual de Gestão (RAG).....	12
Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA)	18
Referências	39

APRESENTAÇÃO

O planejamento no Sistema Único de Saúde é uma função gestora que, além de requisito legal, é um dos mecanismos relevantes para assegurar a unicidade e os princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS). Expressa as responsabilidades dos gestores de cada esfera de governo em relação à saúde da população do território quanto à integração da organização sistêmica (BRASIL; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2016).

Conforme prevê a legislação, os instrumentos de planejamento do SUS são: plano de saúde, programação anual de saúde e os relatórios de gestão.

O plano de saúde (PS) é o instrumento central da coordenação do sistema de saúde e no qual devem estar expressos as responsabilidades sanitárias e os compromissos da gestão com as necessidades da população, bem como as situações de cooperação com os demais atores que atuam no território para a gestão e o financiamento das ações e serviços de saúde no território, no âmbito de cada esfera da gestão do SUS para o período de quatro anos.

A programação anual de saúde (PAS) é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no PS e tem por objetivo a anualização das metas desse plano e previsão da alocação dos recursos orçamentários a serem executados.

O relatório detalhado do quadrimestre anterior (RDQA) é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da PAS.

Por sua vez, o relatório anual de gestão (RAG) apresenta os resultados alcançados com a execução da PAS ao final do exercício e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no PS.

De acordo com o artigo 22 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para receberem recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), os municípios, os estados e o Distrito Federal deverão possuir plano de saúde, conselho de saúde e fundo de saúde.

O **DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento (DGMP)** é um sistema utilizado pelos estados, Distrito Federal e municípios, para registro de informações e documentos relativos ao plano de saúde e à PAS, bem como para a elaboração do RDQA e do RAG referentes ao ano de 2018 em diante. Por meio do sistema, os relatórios de gestão são enviados para análise e manifestação do Conselho de Saúde.

Para fins de monitoramento, este boletim apresenta mensalmente a situação de elaboração, entrega e apreciação dos instrumentos de planejamento para os entes subnacionais (estados, Distrito Federal e municípios), com base nos dados coletados no DGMP.

ISSN 2764-4286

2023 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative

Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: bvms.saude.gov.br

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria-Executiva
Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa
Coordenação Geral de Planejamento no SUS/Coordenação de Gestão dos Instrumentos de Planejamento no SUS
Esplanada dos Ministérios, bloco G, Edifício Sede
CEP: 70058-900 – Brasília/DF
Tel.: (61) 3315-3442
E-mail: coginp@saude.gov.br
Site: www.gov.br/saude

Coordenação:

Rui Leandro da Silva Santos

Elaboração:

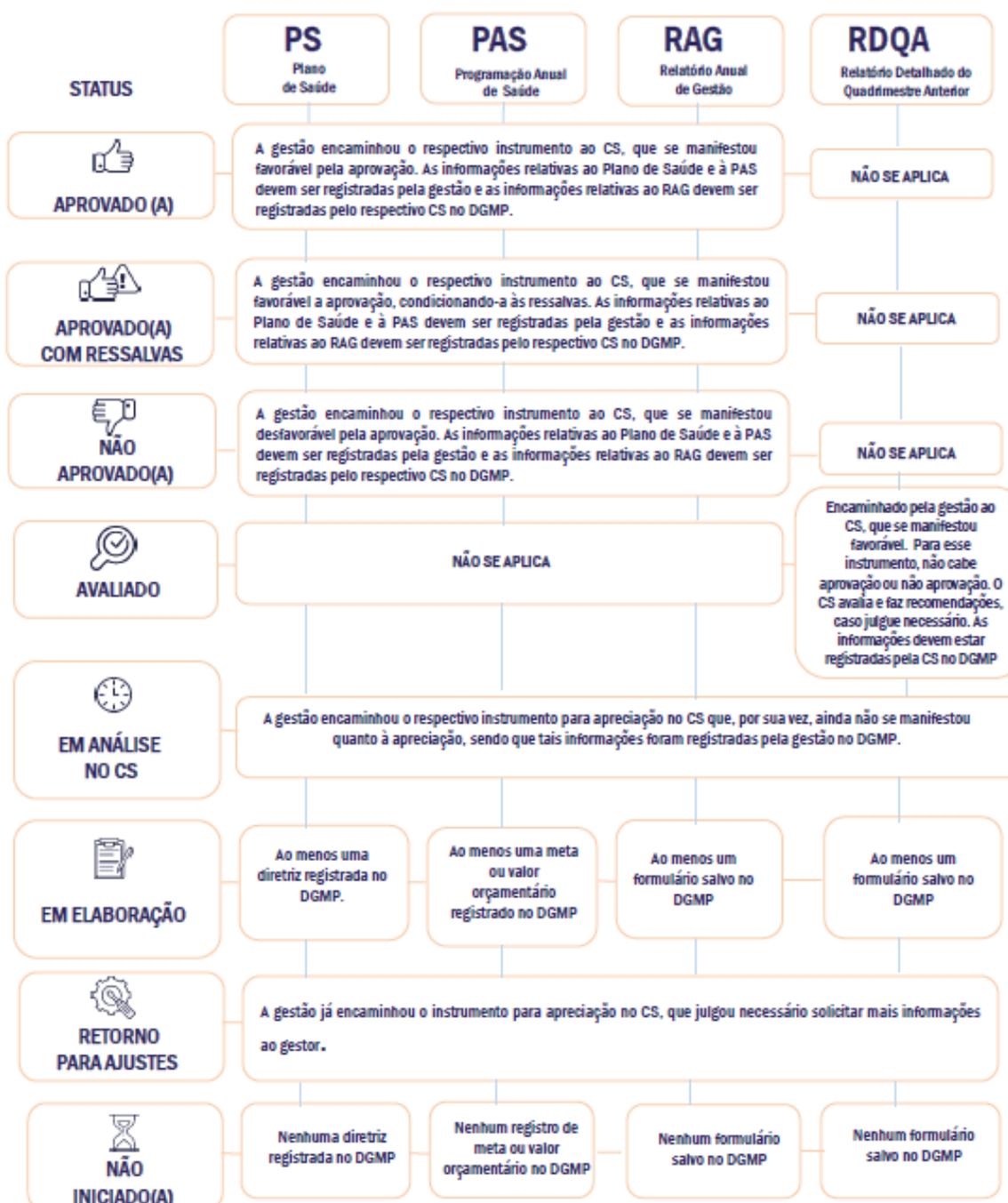
Dorian Chim Smarzaró

Colaboração:

Fabiano Messias da Silva
Henrique Flávio de Souza
Jardenia Marçal Rosa
Luiza Maria Pereira Schaidt
Rochelle Patrícia Ferraz de Souza

SOBRE OS *STATUS* NOS GRÁFICOS

Neste boletim, os *status* apresentados nos gráficos referem-se às situações dos instrumentos de planeamento quanto à sua elaboração, encaminhamento e apreciação nos respectivos Conselhos de Saúde (CS). O infográfico a seguir apresenta os significados referentes a cada *status*.

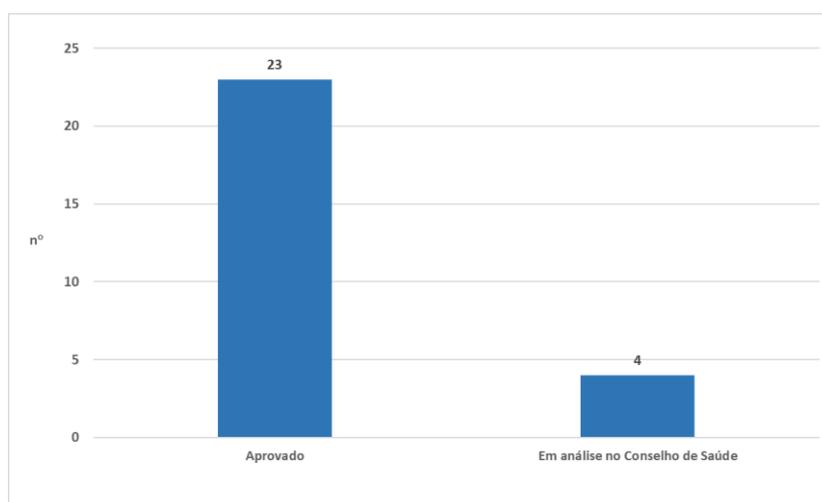


RESULTADOS

Resultados relativos ao Plano de Saúde

O gráfico 1 apresenta a situação do Plano de Saúde (PS) para os estados e o Distrito Federal no quadriênio 2020-2023 conforme dados disponíveis no DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento (DGMP). Quatro Secretarias Estaduais de Saúde (Amazonas, Pará, Alagoas e Goiás), cuja situação no gráfico está descrita como “Em análise no Conselho de Saúde”, ainda não inseriram no DGMP as resoluções de aprovação dos respectivos planos de saúde.

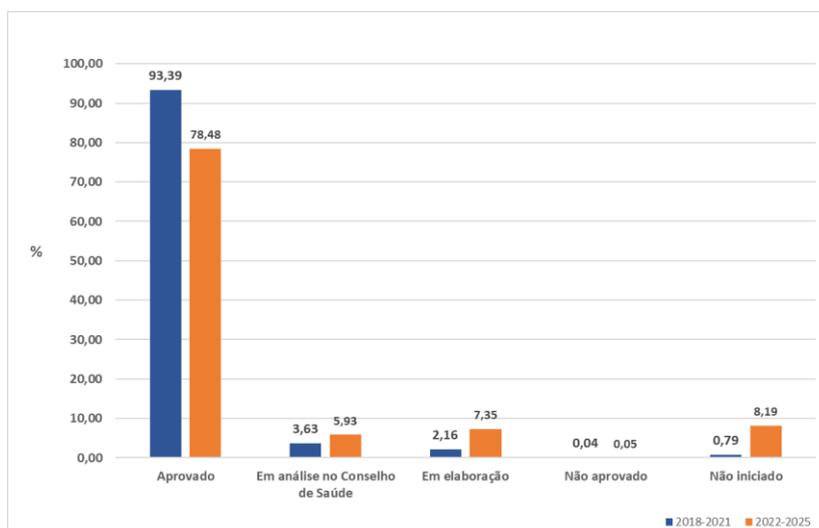
Gráfico 1 – Número de das unidades federativas que registraram o plano de saúde no DGMP , segundo status (2020-2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Com relação aos municípios, observa-se pelo gráfico 2 que a maior parte está com os planos de saúde aprovados pelo Conselho de Saúde para os dois ciclos de planejamento. Um total de 202 municípios (2018-2021) e 330 municípios (2022-2025) estão com seus planos de saúde “Em análise no Conselho de Saúde”, portanto, ainda não inseriram no DGMP as resoluções de aprovação do respectivo instrumento.

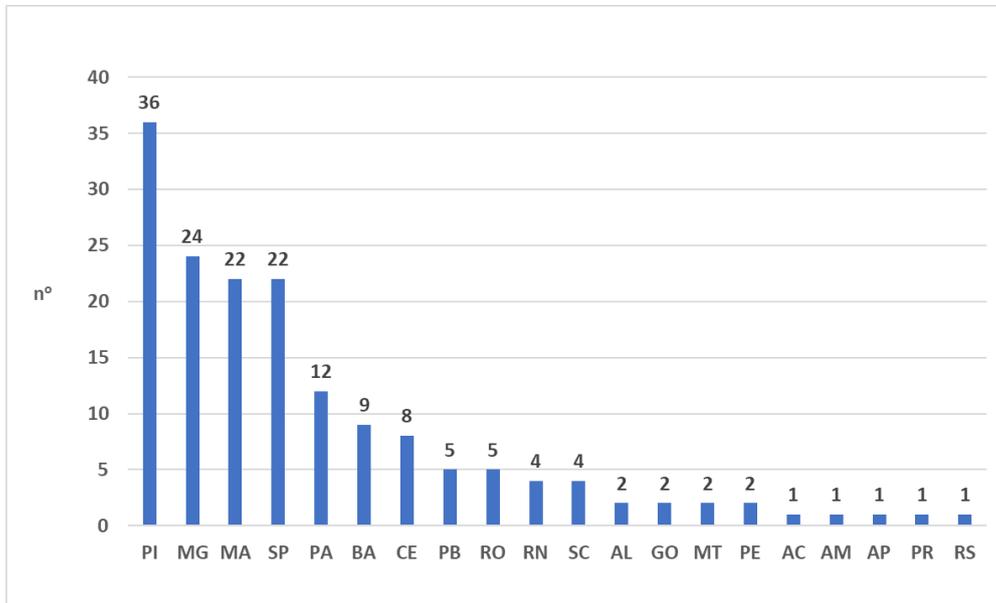
Gráfico 2 – Situação do plano de saúde dos municípios brasileiros, segundo status (2018-2021 e 2022-2025)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Há um quantitativo de municípios que não inseriram o plano de saúde no DGMP (Em elaboração + Não iniciado). São 164 municípios (2018-2021), distribuídos por 20 estados brasileiros, a maior parte deles em quatro estados: Piauí (36), Minas Gerais (24), São Paulo (22) e Maranhão (22), conforme gráfico 3.

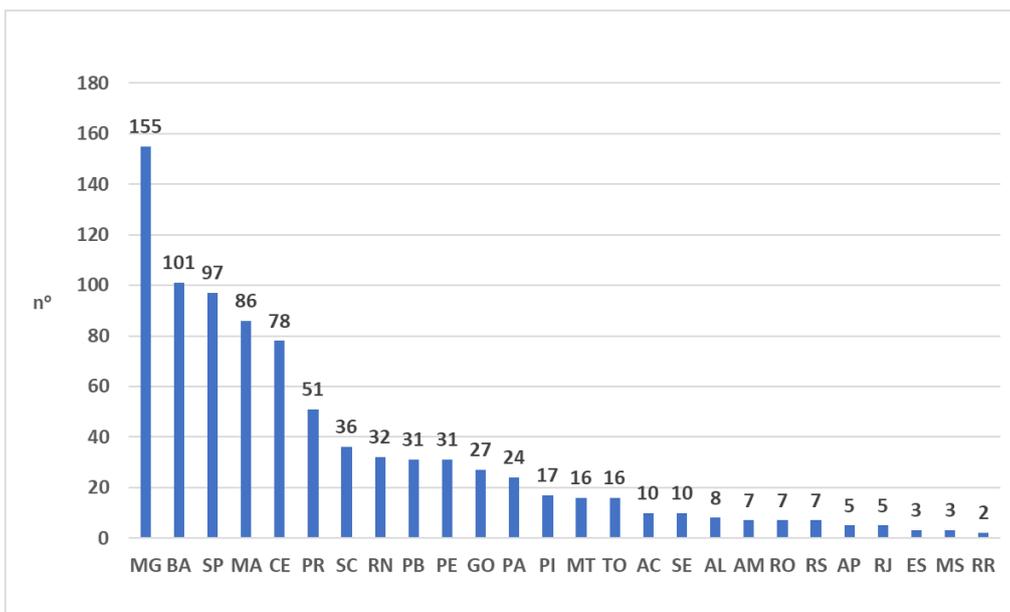
Gráfico 3 – Número de municípios que não inseriram o plano de saúde 2018-2021 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Para o ciclo de planejamento 2022-2025, são 865 municípios que não inseriram o plano de saúde no DGMP (Em elaboração + Não iniciado).

Gráfico 4 – Número de municípios que não inseriram o plano de saúde 2022-2025 no DGMP, segundo estado

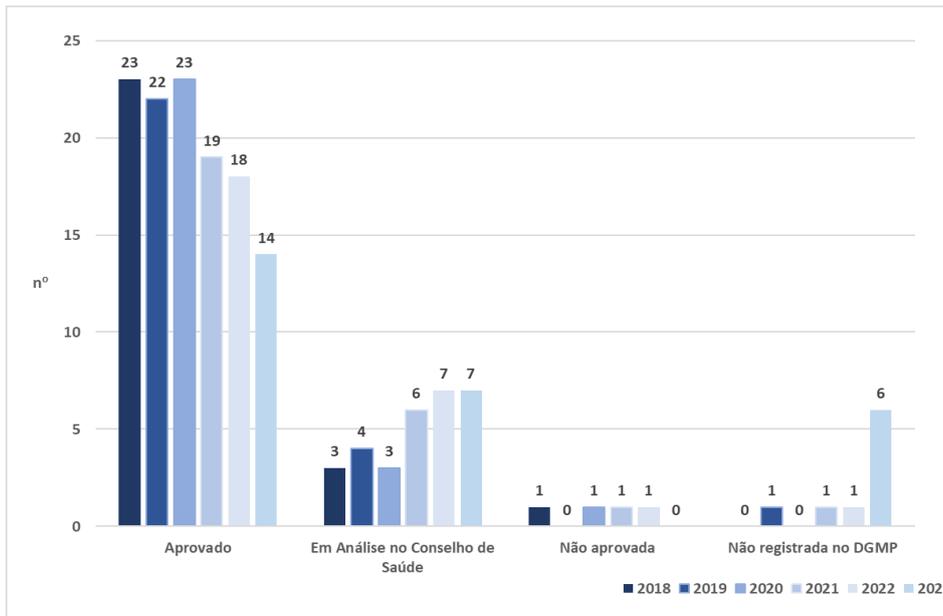


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Resultados relativos à Programação Anual de Saúde (PAS)

Considerando-se os *status* que representam registro da PAS no DGMP (Aprovada + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovada), observa-se pelo gráfico 5 que o número foi semelhante para quase todos os anos da série, excetuando-se o ano de 2023: 2018 (27), 2019 (26), 2020 (27), 2021 (26), 2022 (26) e 2023 (21). Seis estados não registraram a PAS de 2023 no DGMP. Há pendências ainda em 2019, 2021 e 2022 (um estado em cada ano).

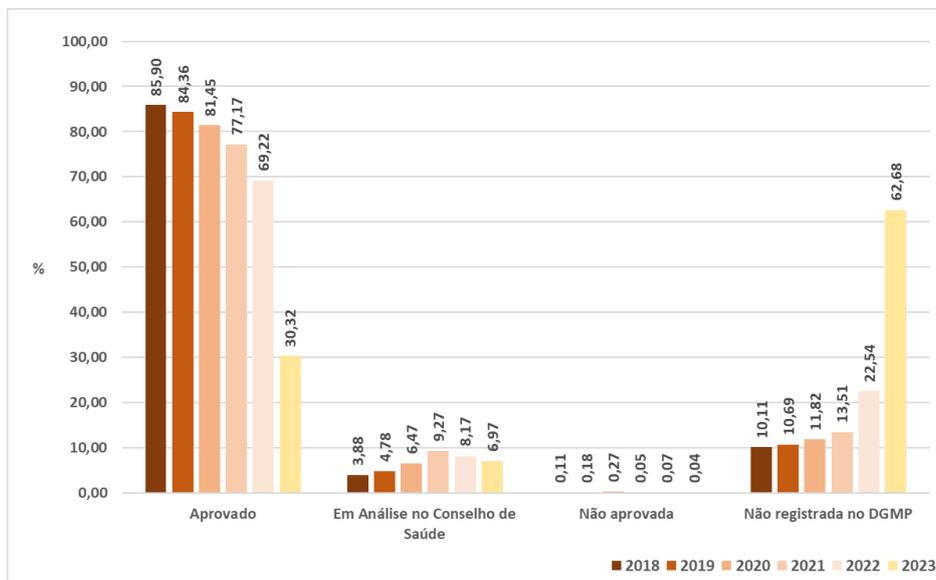
Gráfico 5 – Número de unidades federativas, segundo a situação da PAS (2018 a 2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Numa análise similar para os municípios, considerando-se os *status* que representam registro no DGMP (Aprovado + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovada), as proporções são apresentadas no gráfico 6: 2018 (89,89%), 2019 (89,31%), 2020 (88,18%), 2021 (86,49%), 2022 (77,46%) e 2023 (37,33%).

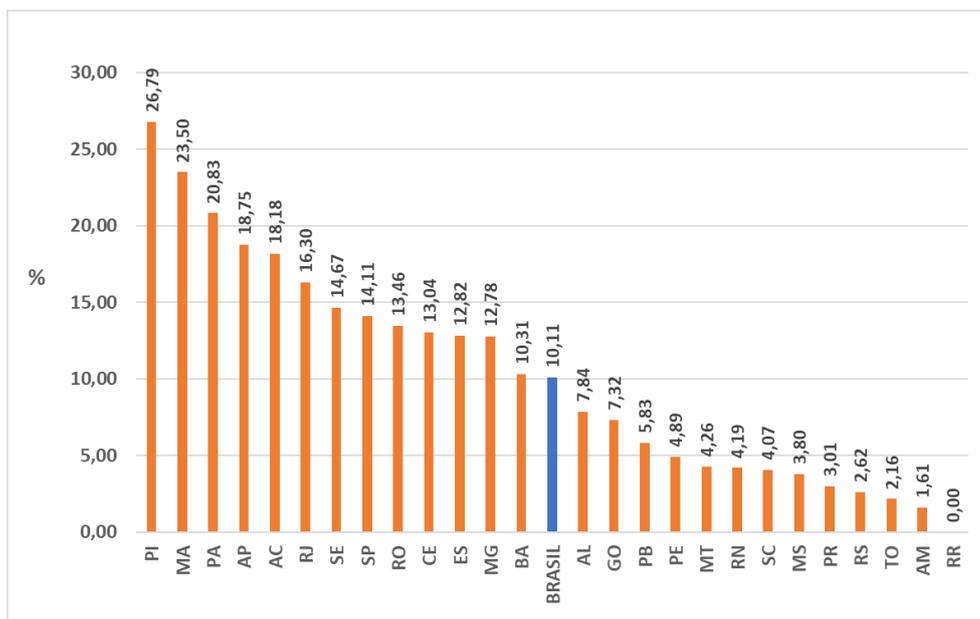
Gráfico 6 – Percentual de municípios brasileiros segundo a situação da PAS (2018 a 2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Por outro lado, há municípios que não inseriram a PAS no DGMP em toda a série histórica. A inserção da PAS é condição para elaboração do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) e Relatório Anual de Gestão (RAG) dos respectivos anos. Em 2018, aproximadamente 10% dos municípios não tinham inserido a PAS no DGMP. A maior proporção foi observada no estado do Piauí (26,79% dos municípios). As proporções por todas as unidades federativas são apresentadas no gráfico 7.

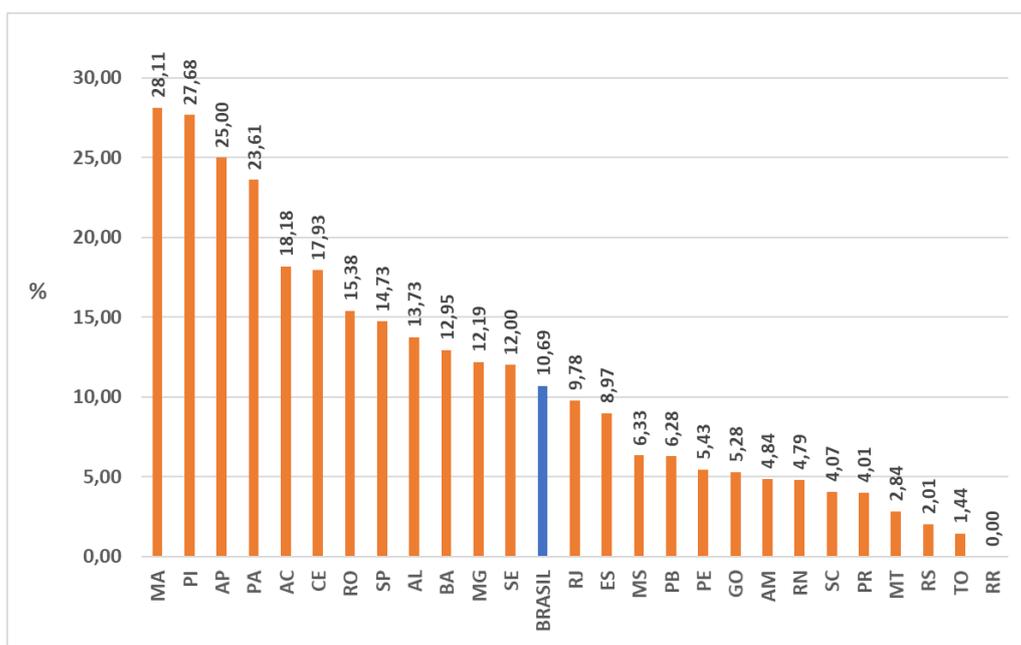
Gráfico 7 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2018 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Com relação à PAS 2019, a maior proporção de municípios que não registraram esse instrumento no DGMP foi verificada no estado do Maranhão (28,11%). A proporção para todo o país foi de 10,69%. A situação de todos os estados é apresentada no gráfico 8.

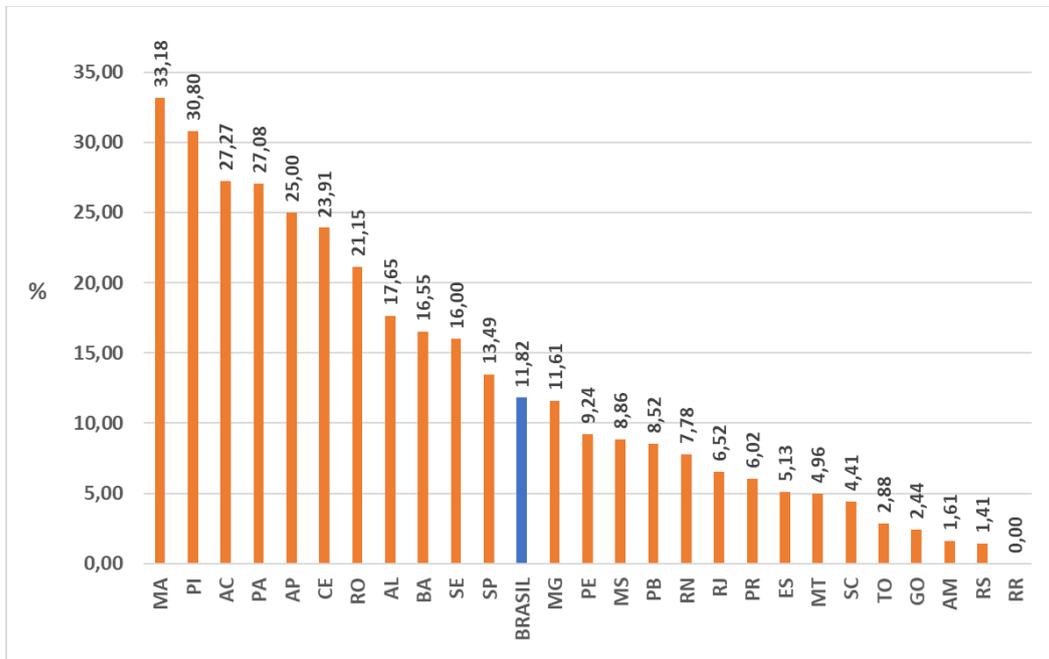
Gráfico 8 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2019 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Para a PAS 2020, a maior proporção de municípios que não registraram esse instrumento no DGMP foi verificada no estado do Maranhão (33,18%). A situação por estado está descrita no gráfico 9.

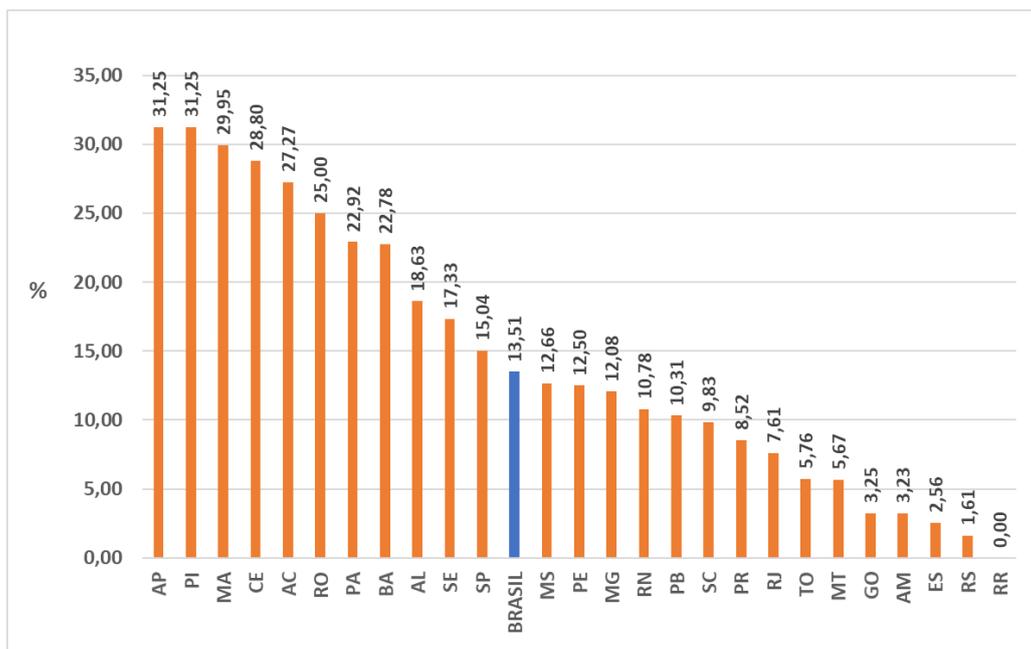
Gráfico 9 - Proporção de municípios que não registraram a PAS 2020 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

No referente à PAS 2021, conforme gráfico 10, o estado do Amapá apresentou a maior proporção de municípios que não fizeram o registro no DGMP (31,25%)

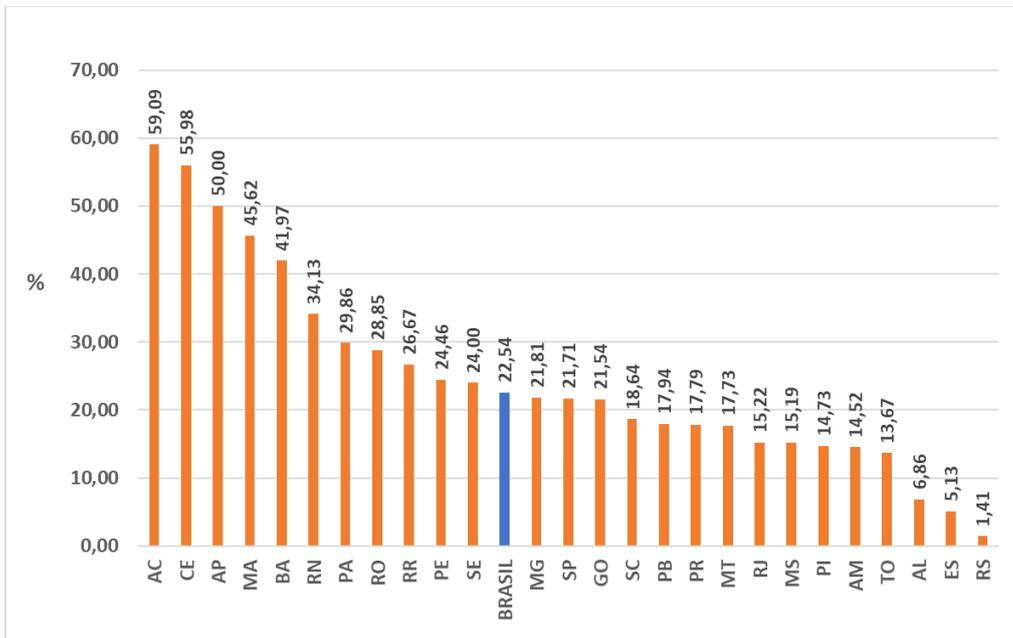
Gráfico 10 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2021 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Segundo gráfico 11, para a PAS 2022, cerca de 59% dos municípios do estado do Acre não tinham registrado esse instrumento no DGMP.

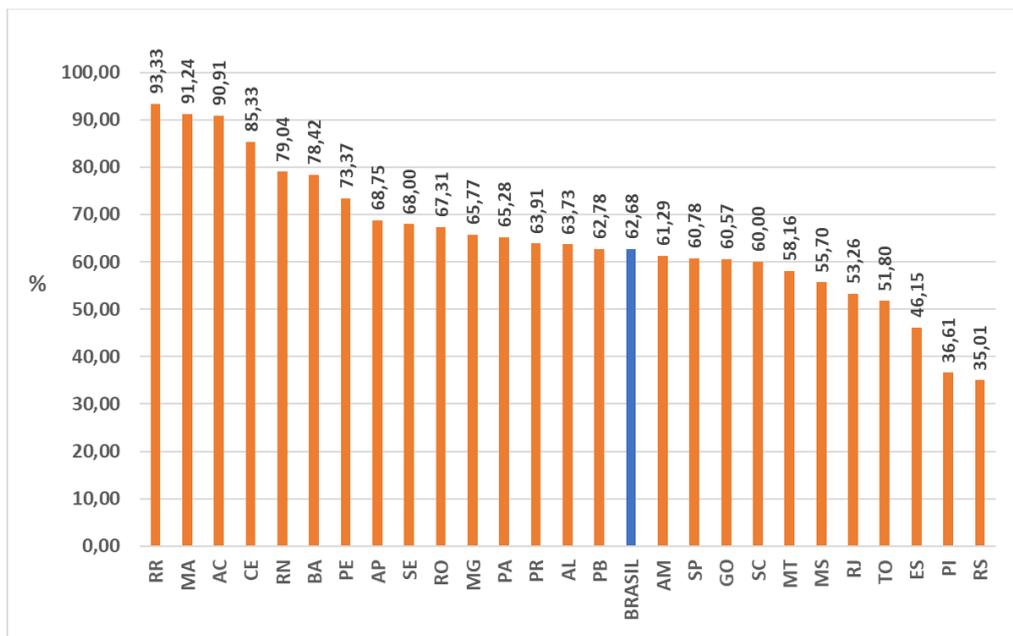
Gráfico 11 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2022 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

No tocante ao ano de 2023, cerca de 93% dos municípios do estado de Roraima não tinham realizado o registro no DGMP. Observa-se para esse ano que a menor proporção pertence ao estado do Piauí (gráfico 12).

Gráfico 12 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2023 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Sobre a série histórica analisada com relação às pendências de registro das PAS no DGMP, registra-se que 3.637 municípios (65,32% do total de municípios brasileiros), possuem pendências quanto ao registro, que representa uma decréscimo de 11,16% em relação à apuração realizada em 30/04/2023 (4.094 municípios com pendências).

Desse total, a maior parte está com uma pendência de registro em um dos anos, totalizando 2.026 municípios (55,71%), não estando pendentes quanto aos demais anos da série.

Na sequência, 762 municípios (20,95% do total de municípios com pendências), não registraram duas programações; 264 municípios não registraram três programações (7,26% do total de municípios com pendências); 200 municípios não registraram quatro programações (5,50% do total de municípios com pendências); 139 municípios não registraram cinco programações (3,82% do total de municípios com pendências) e 246 municípios não registraram seis programações (6,76% do total de municípios com pendências).

Destaca-se que a elaboração dos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQA) e os Relatórios Anuais de Gestão (RAG) somente é possível após finalização da PAS do respectivo exercício. Portanto, os entes que não registraram a PAS no DGMP, também estão com pendências nos referidos relatórios.

A tabela 1 apresenta o quantitativo de municípios com pendência de registro da PAS por estado.

Tabela 1 – Número de municípios com pendências de registro da PAS no DGMP, segundo estado e por quantitativo de pendências, 2018 a 2023.

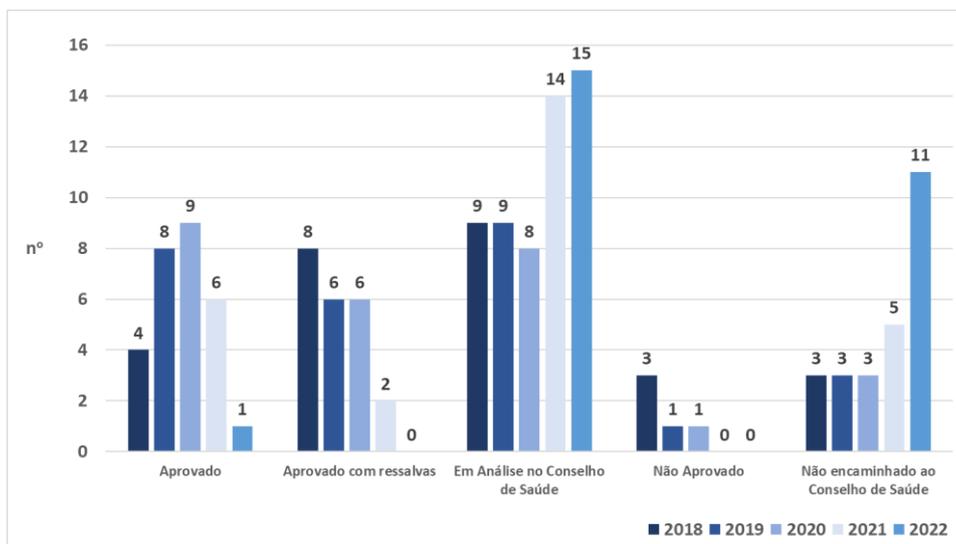
UF	Número de PAS com Pendência de Registro no DGMP						Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Uma	Duas	Três	Quatro	Cinco	Seis			
AC	7	7	0	2	0	4	20	22	90,91
AL	43	3	10	8	4	0	68	102	66,67
AM	28	8	0	0	2	0	38	62	61,29
AP	3	4	1	1	1	2	12	16	75,00
BA	136	109	34	14	13	31	337	417	80,82
CE	51	55	11	12	8	22	159	184	86,41
ES	30	6	4	1	1	0	42	78	53,85
GO	89	42	10	8	0	2	151	246	61,38
MA	79	42	19	18	10	34	202	217	93,09
MG	332	117	47	30	19	40	585	853	68,58
MS	28	10	4	1	1	2	46	79	58,23
MT	53	22	2	0	1	4	82	141	58,16
PA	41	20	3	8	11	16	99	144	68,75
PB	96	22	9	5	4	7	143	223	64,13
PE	85	28	8	9	4	3	137	184	74,46
PI	28	12	18	25	16	15	114	224	50,89
PR	182	43	10	12	6	6	259	399	64,91
RJ	30	16	5	3	1	1	56	92	60,87
RN	74	41	6	8	1	4	134	167	80,24
RO	17	6	4	5	2	3	37	52	71,15
RR	10	4	0	0	0	0	14	15	93,33
RS	161	10	5	2	3	0	181	497	36,42
SC	118	35	16	4	2	6	181	295	61,36
SE	29	9	2	2	7	3	52	75	69,33
SP	224	79	32	20	22	39	416	645	64,50
TO	52	12	4	2	0	2	72	139	51,80
BRASIL	2.026	762	264	200	139	246	3.637	5.568	65,32

Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/05/2023

Resultados relativos ao Relatório Anual de Gestão (RAG)

A maior parte das unidades federativas encaminharam pelo DGMP os RAG de 2018 (24), 2019 (24), 2020 (24) e 2021 (22) para apreciação do Conselho de Saúde (Aprovado + Aprovado com ressalvas + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovado), conforme gráfico 13. Onze unidades federativas não enviaram o RAG de 2022. Há pendências ainda em 2018, 2019 e 2020 (três estados em cada ano) e 2021 (cinco estados).

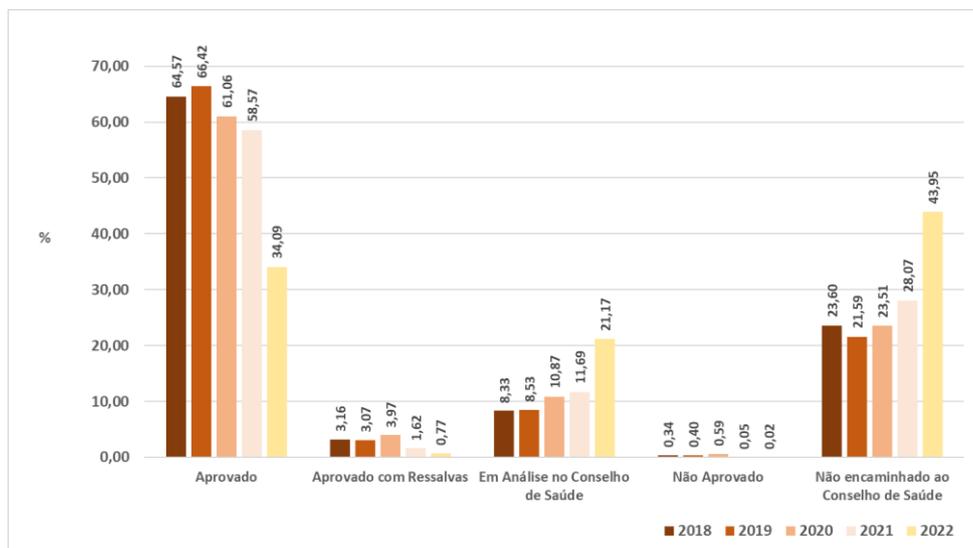
Gráfico 13 – Número de unidades federativas, segundo situação do RAG (2018 a 2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Quanto aos municípios, excetuando-se o ano de 2022, mais de 70% deles encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no Conselho de Saúde): RAG 2018 (76,40%), RAG 2019 (78,41%) RAG 2020 (76,49%) e RAG 2021 (71,93%). Para o ano de 2022, as proporções observadas foram de 56,05%, conforme gráfico 14.

Gráfico 14 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RAG (2018 a 2022)

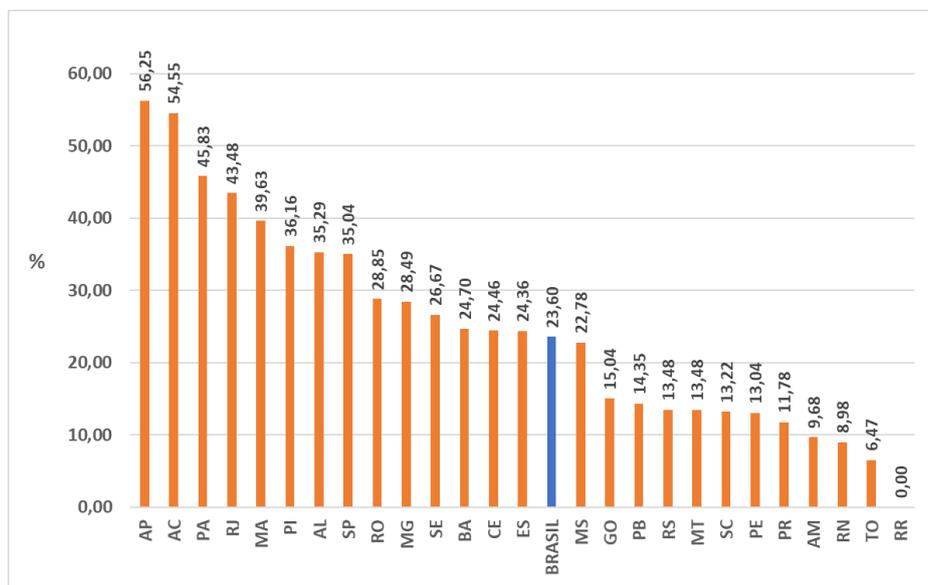


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Entretanto, há municípios que não encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde, fato observado em todos os anos da série histórica.

Em 2018, observou-se que 23,60% dos municípios não tinham encaminhado o RAG para apreciação no Conselho de Saúde. A maior proporção foi verificada no estado do Amapá (56,25% dos municípios). As proporções por todas unidades federativas são apresentadas no gráfico 15.

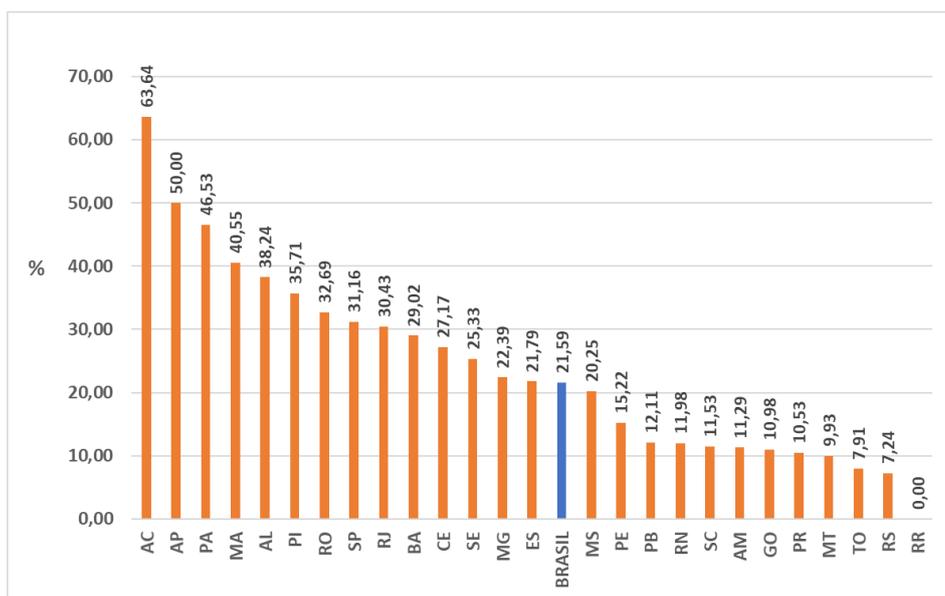
Gráfico 15 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2018 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Para o ano 2019, a proporção municípios que não tinham encaminhado o RAG para apreciação no Conselho de Saúde (21,59%) foi ligeiramente menor em relação à proporção do ano anterior (23,60%). A maior proporção foi observada no estado do Acre (63,64% dos municípios). As proporções por todas unidades federativas são apresentadas no gráfico 16.

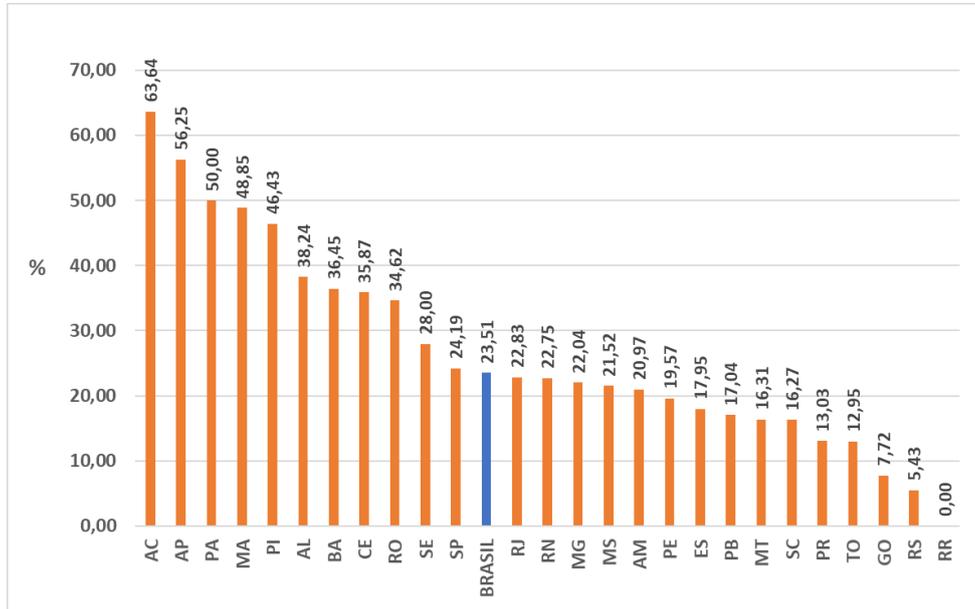
Gráfico 16 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2019 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Mesmo comportamento foi observado para o ano de 2020. O estado do Acre apresentou a maior proporção de municípios que não encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde. Para o país, esse percentual foi de 23,51% (gráfico 17).

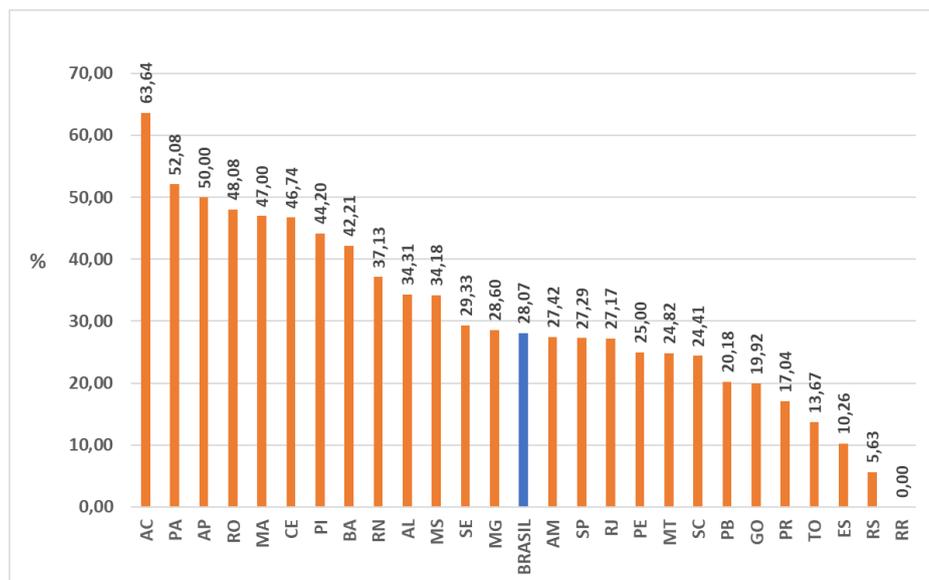
Gráfico 17 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2020 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Em 2021, a proporção de municípios que não encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde foi de 28,07%. A média observada nos três anos anteriores (2018, 2019 e 2020) foi de 22,90%. Assim, houve em 2021 um incremento de 5,17 pontos nas pendências em relação a média histórica até então verificada. As proporções para o ano de 2021 estão dispostas no gráfico 18.

Gráfico 18 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2021 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

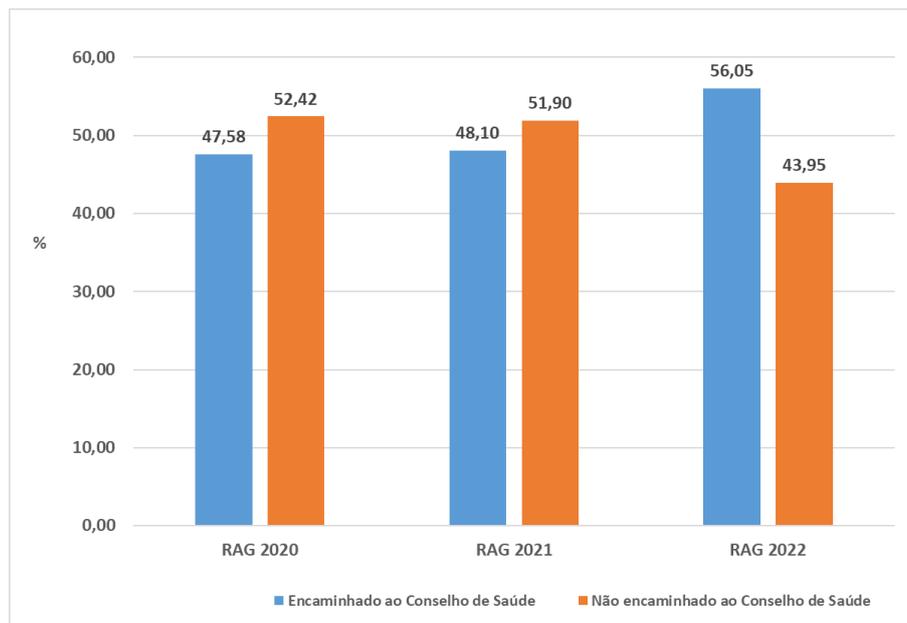
A análise sobre a entrega do RAG de 2022 deve ser feita de forma isolada, não cabendo comparações com os dados observados nos anos anteriores, visto que a primeira apuração realizada para o ano de 2022 foi realizada no final

de março.

Entretanto, é possível comparar as entregas do RAG 2022 com RAG 2020 e RAG 2021, tomando por base a proporção de municípios que encaminharam o referido relatório para apreciação no Conselho de Saúde no até o final de maio de cada ano.

Nesse contexto, observa-se um melhor desempenho para a propoção de entrega do RAG 2022 em relação aos dois anos anteriores, porém, percebe-se uma grande proporção de pendências (gráfico 19).

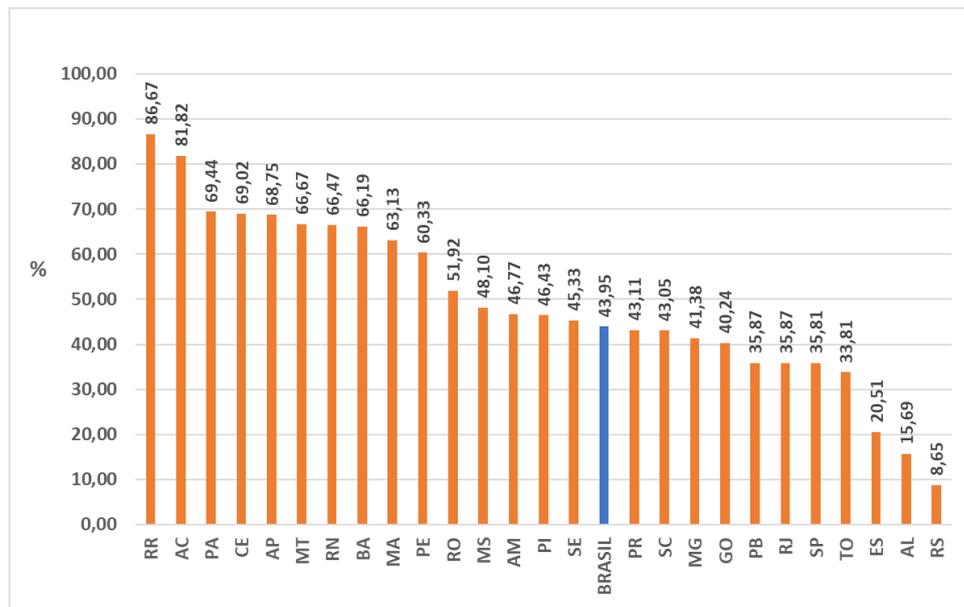
Gráfico 19 – Proporção da situação de entrega do RAG dos municípios de para análise no conselho de saúde (2020, 2021 e 2022)



Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/05/2021 (RAG 2020); 31/05/2022 (RAG 2021) e 31/05/2023 (RAG 2022)

Abaixo, no gráfico 20, são apresentadas as propoções de municípios que não tinham encaminhado o RAG 2022 para apreciação no Conselho de Saúde. A maior proporção foi observada no estado de Roraima (86,67% dos municípios).

Gráfico 20 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2022 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Sobre a série histórica analisada com relação às pendências de envio de RAG para apreciação no Conselho de Saúde, registra-se que 3.106 municípios (55,78% do total de municípios brasileiros), possuem pendências, que representa uma decréscimo de 7,94% em relação à apuração realizada em 30/04/2023 (3.374 municípios com pendências).

Desse total, a maior parte está com pendência de envio em um dos anos, totalizando 1.250 municípios (40,24%), não estando pendentes quanto aos demais anos da série.

Na sequência, 561 municípios (18,06% do total de municípios com pendências), não enviaram o RAG em dois anos; 374 municípios (12,04% do total de municípios com pendências) não enviaram o RAG em três anos; 264 municípios (8,50% do total de municípios com pendências) não enviaram o RAG em quatro anos e 657 municípios (21,15% do total de municípios com pendências) não enviaram o RAG em cinco anos, isto é, pendentes em todos os anos.

A tabela 2 apresenta o quantitativo de municípios com pendência de envio do RAG para apreciação no Conselho de Saúde.

Tabela 2 – Número de municípios com pendências envio do RAG para apreciação no conselho de saúde, segundo estado e por quantitativo de pendências, 2018 a 2022.

UF	Quantidade de RAG não Encaminhados ao Conselho de Saúde					Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três	Quatro	Cinco			
AC	4	1	0	4	10	19	22	86,36
AL	12	11	11	17	6	57	102	55,88
AM	19	5	7	3	2	36	62	58,06
AP	6	0	2	2	5	15	16	93,75
BA	115	44	43	29	76	307	417	73,62
CE	44	26	18	6	40	134	184	72,83
ES	14	10	4	2	4	34	78	43,59
GO	57	33	12	8	8	118	246	47,97
MA	42	22	22	18	59	163	217	75,12
MG	191	109	56	38	98	492	853	57,68
MS	20	9	2	3	12	46	79	58,23
MT	58	17	7	3	12	97	141	68,79
PA	28	13	11	12	49	113	144	78,47
PB	41	24	9	4	18	96	223	43,05
PE	67	11	11	7	19	115	184	62,50
PI	37	18	23	19	50	147	224	65,63
PR	106	28	20	11	23	188	399	47,12
RJ	18	13	9	4	12	56	92	60,87
RN	61	25	16	8	11	121	167	72,46
RO	13	2	3	4	12	34	52	65,38
RR	13	0	0	0	0	13	15	86,67
RS	70	23	11	8	4	116	497	23,34
SC	70	28	14	8	24	144	295	48,81
SE	15	5	3	3	14	40	75	53,33
SP	101	76	52	39	85	353	645	54,73
TO	28	8	8	4	4	52	139	37,41
BRASIL	1.250	561	374	264	657	3.106	5.568	55,78

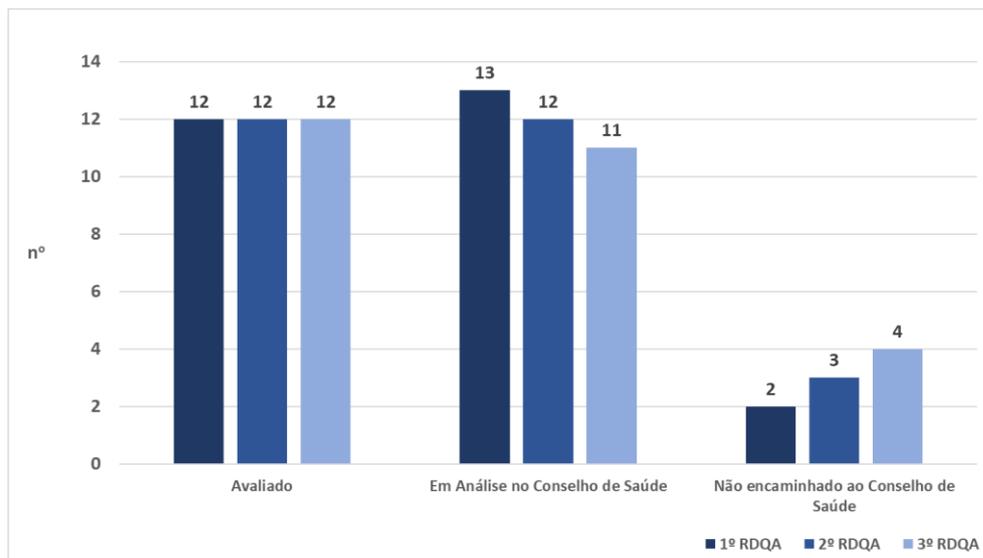
Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/05/2023

Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA)

RDQA de 2018

Em relação às unidades federativas, a maior parte encaminhou o RDQA para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) nos três quadrimestres de 2018, conforme gráfico 21.

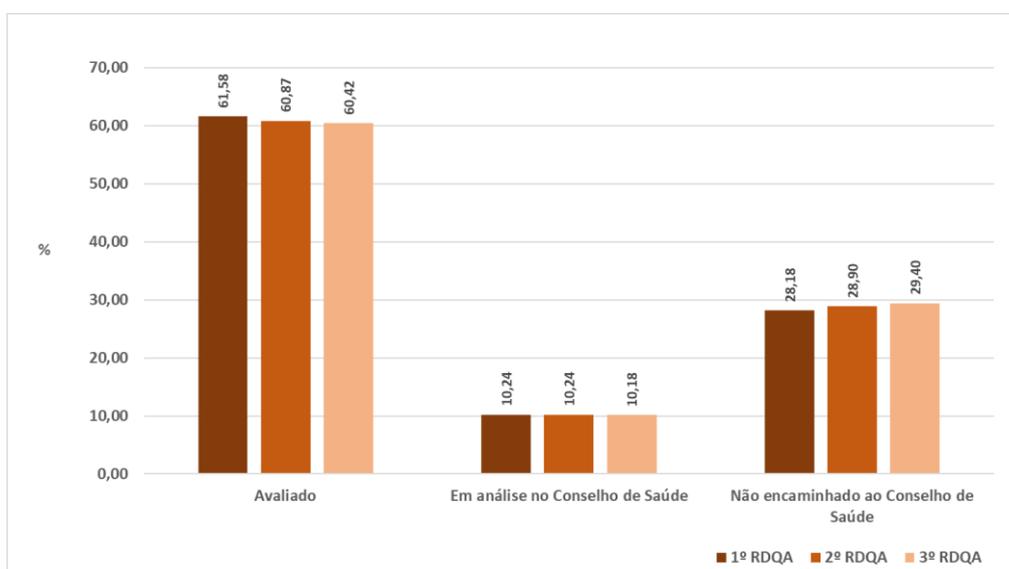
Gráfico 21 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Semelhante análise para os municípios demonstra que, na média dos três RDQA de 2018; 71,17% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 28,83% estão pendentes. O gráfico 22 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

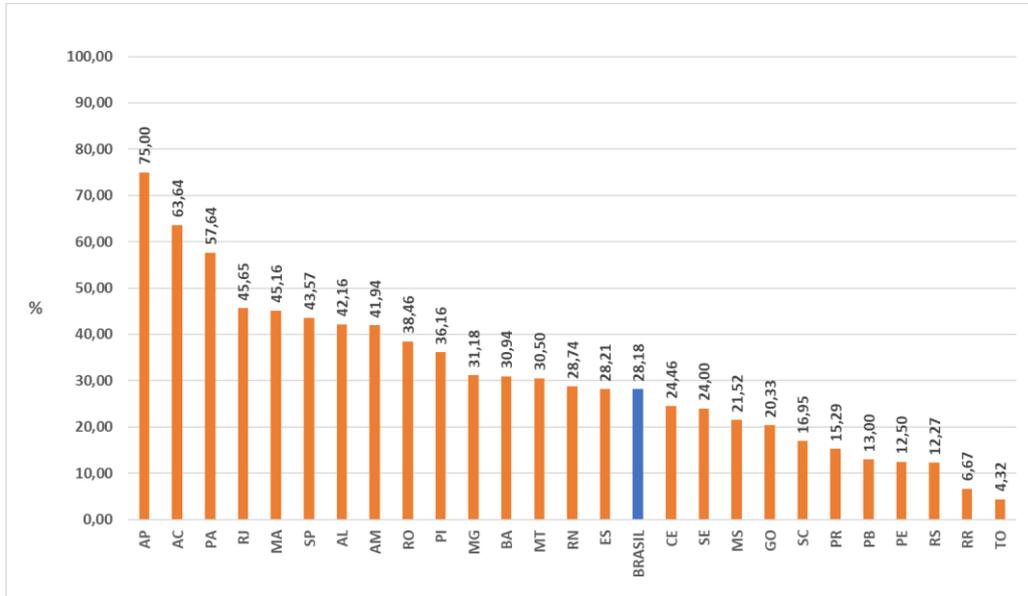
Gráfico 22 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

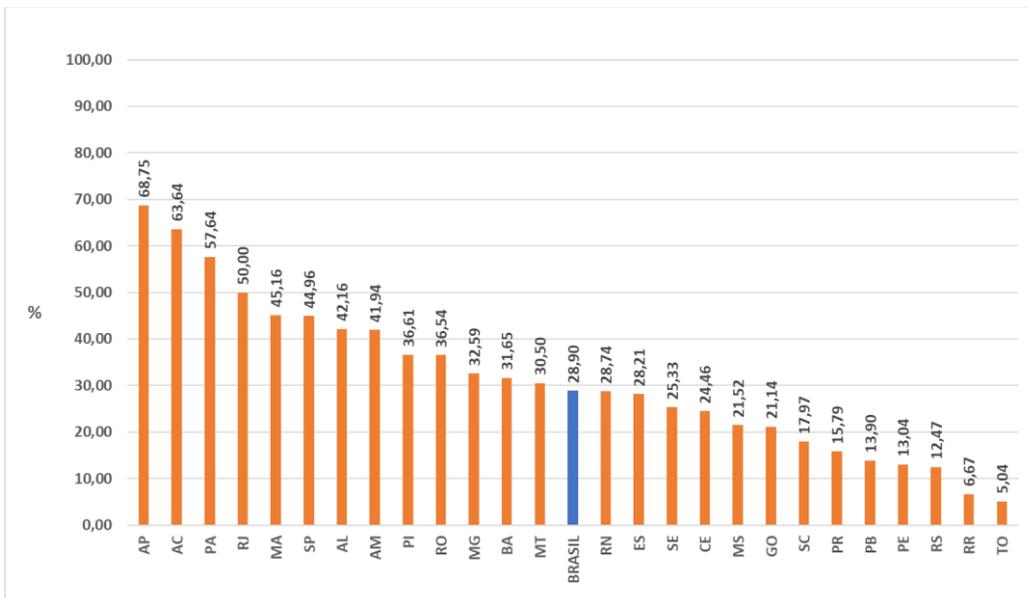
Analisando-se os municípios que não encaminharam os RDQA de 2018 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que a maior proporção de municípios nessa situação foi observada no estado Amapá para os três quadrimestres (gráficos 23, 24 e 25).

Gráfico 23 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2018 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



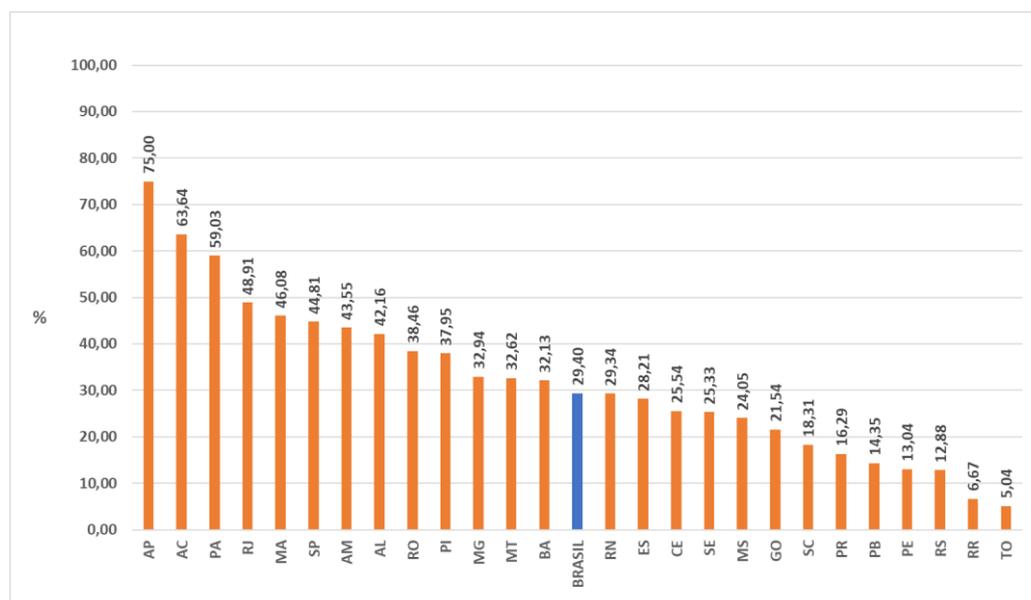
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Gráfico 24 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2018 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Gráfico 25 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2018 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Um total de 1.659 municípios não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2018 para avaliação no Conselho de Saúde (29,80% de todos os municípios brasileiros), que representa uma decréscimo de 1,43% em relação à apuração realizada em 30/04/2023 (1.683 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.550 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2018 (93,43% de todos municípios pendentes); 56 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2018 (3,38% de todos municípios pendentes) e 53 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2018 (3,19% de todos municípios pendentes). A tabela 3 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 3 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2018

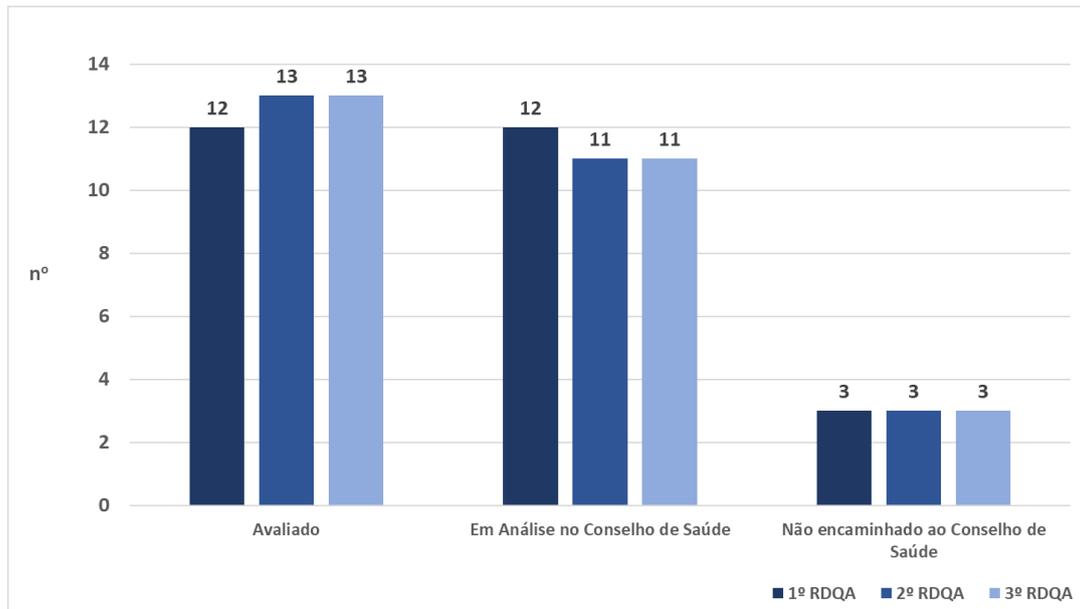
UF	Quantidade de RDQA 2018 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	0	14	14	22	63,64
AL	0	0	43	43	102	42,16
AM	1	0	26	27	62	43,55
AP	0	1	11	12	16	75,00
BA	5	3	128	136	417	32,61
CE	3	1	44	48	184	26,09
ES	0	0	22	22	78	28,21
GO	1	2	50	53	246	21,54
MA	4	2	96	102	217	47,00
MG	9	12	264	285	853	33,41
MS	2	0	17	19	79	24,05
MT	2	2	42	46	141	32,62
PA	2	0	83	85	144	59,03
PB	1	2	29	32	223	14,35
PE	0	1	23	24	184	13,04
PI	4	2	80	86	224	38,39
PR	5	5	58	68	399	17,04
RJ	1	3	42	46	92	50,00
RN	1	0	48	49	167	29,34
RO	2	0	19	21	52	40,38
RR	0	0	1	1	15	6,67
RS	2	1	61	64	497	12,88
SC	2	4	49	55	295	18,64
SE	0	1	18	19	75	25,33
SP	6	13	276	295	645	45,74
TO	0	1	6	7	139	5,04
BRASIL	53	56	1.550	1.659	5.568	29,80

Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/05/2023

RDQA de 2019

Três unidades federativas ainda não encaminharam os três RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no gráfico 26.

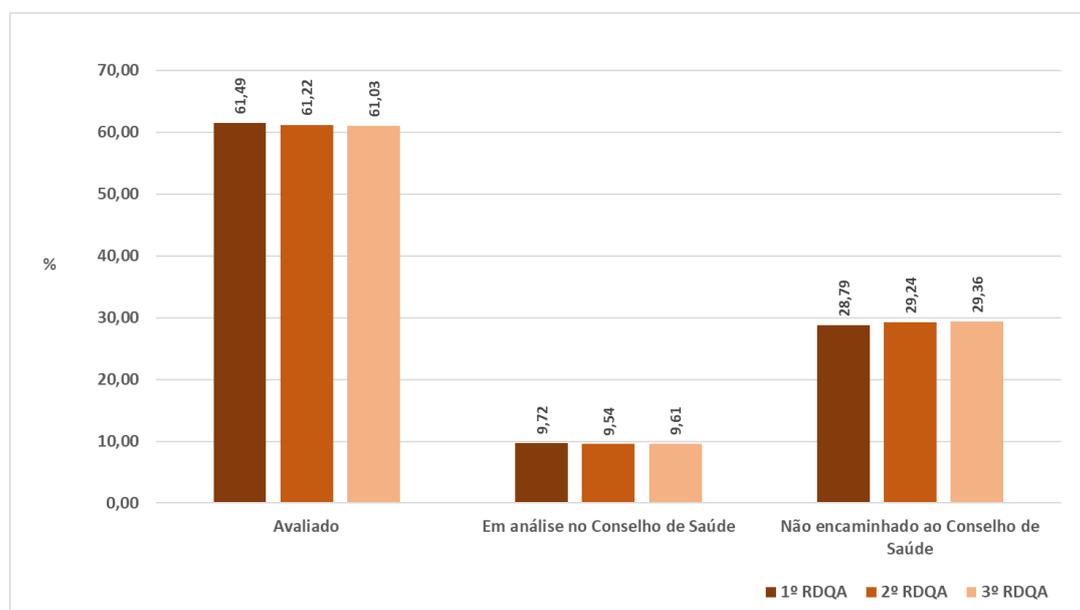
Gráfico 26 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

A mesma análise para os municípios aponta que, na média dos três RDQA de 2019; 70,87% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 29,13% estão pendentes. O gráfico 27 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

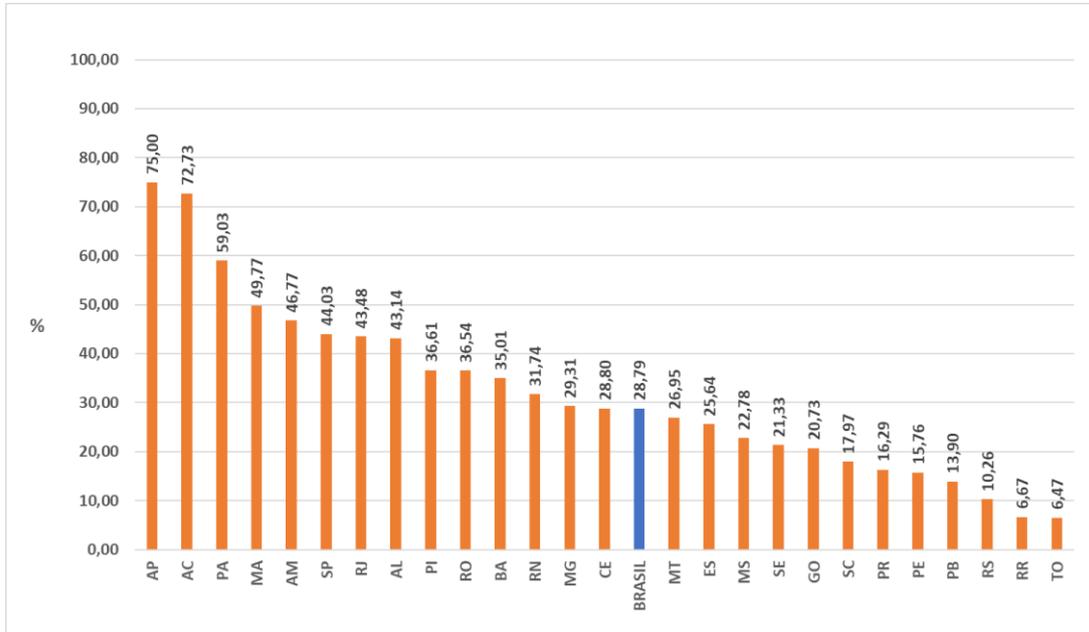
Gráfico 27 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

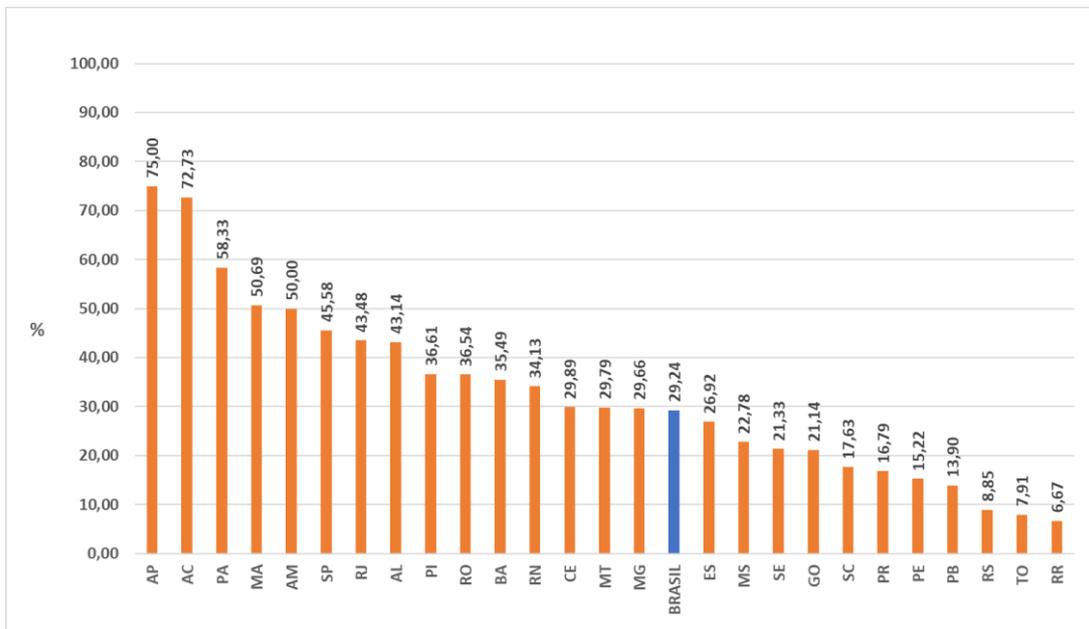
Analisando-se os municípios que não encaminharam os RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que a maior proporção de municípios nessa situação foi observada no estado Amapá para os três quadrimestres (gráficos 28, 29 e 30).

Gráfico 28 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2019 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



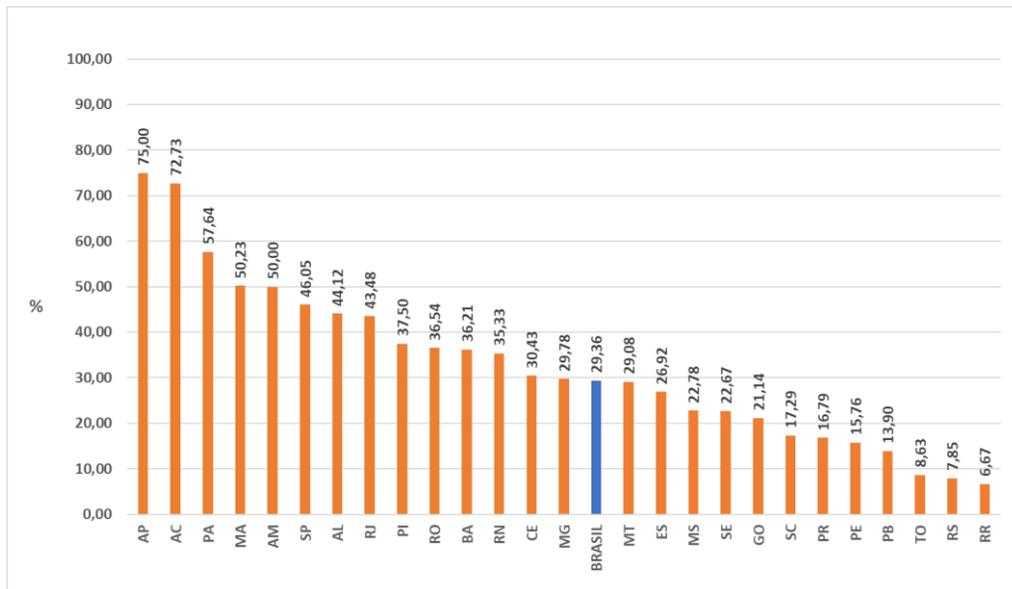
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Gráfico 29 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2019 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Gráfico 30 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2019 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Com relação aos municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que esse número somou 1.674 (30,06% de todos os municípios brasileiros), que representa uma decréscimo de 1,18% em relação à apuração realizada em 30/04/2023 (1.694 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.566 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2019 (93,55% de todos municípios pendentes); 60 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2019 (3,58% de todos municípios pendentes) e 48 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2019 (2,87% de todos municípios pendentes). A tabela 4 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 4 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2019

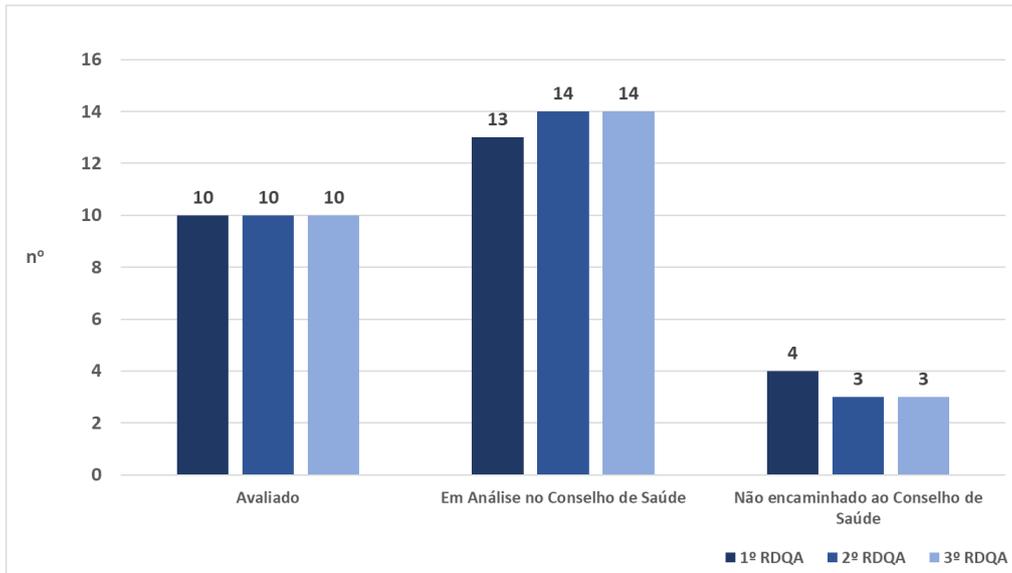
UF	Quantidade de RDQA 2019 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	0	16	16	22	72,73
AL	1	0	44	45	102	44,12
AM	0	2	29	31	62	50,00
AP	0	0	12	12	16	75,00
BA	3	5	144	152	417	36,45
CE	1	2	53	56	184	30,43
ES	0	1	20	21	78	26,92
GO	0	1	51	52	246	21,14
MA	0	3	107	110	217	50,69
MG	9	11	242	262	853	30,72
MS	0	0	18	18	79	22,78
MT	1	3	38	42	141	29,79
PA	2	2	82	86	144	59,72
PB	0	0	31	31	223	13,90
PE	2	0	28	30	184	16,30
PI	2	0	82	84	224	37,50
PR	3	2	64	69	399	17,29
RJ	1	1	39	41	92	44,57
RN	2	4	53	59	167	35,33
RO	0	0	19	19	52	36,54
RR	0	0	1	1	15	6,67
RS	12	7	36	55	497	11,07
SC	2	2	50	54	295	18,31
SE	1	0	16	17	75	22,67
SP	5	12	282	299	645	46,36
TO	1	2	9	12	139	8,63
BRASIL	48	60	1.566	1.674	5.568	30,06

Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/05/2023

RDQA de 2020

Quatro unidades federativas não encaminharam o 1º RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde, enquanto três estavam pendentes com relação ao 2º e ao 3º RDQA. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no gráfico 31.

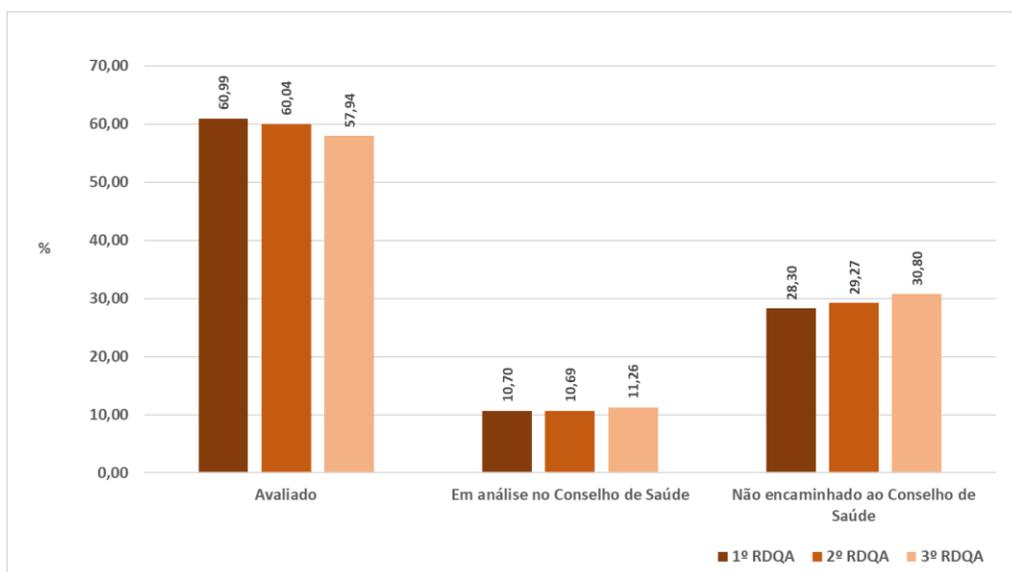
Gráfico 31 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Em relação aos municípios, a média dos municípios que encaminharam todos os RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde foi 70,54%, conseqüentemente, a média de inadimplência foi de 29,46%. O gráfico 32 apresenta as proporções para cada quadrimestre.

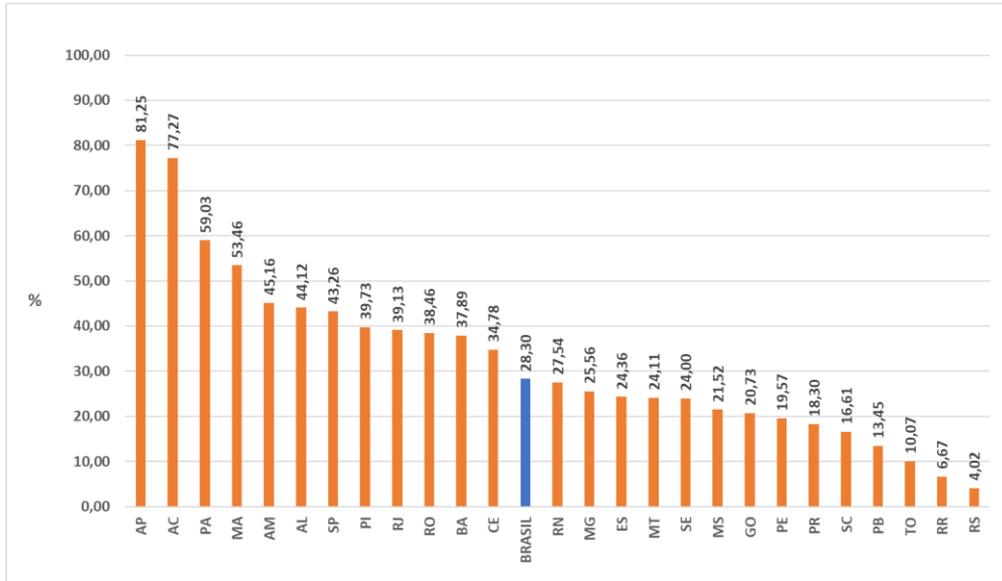
Gráfico 32 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

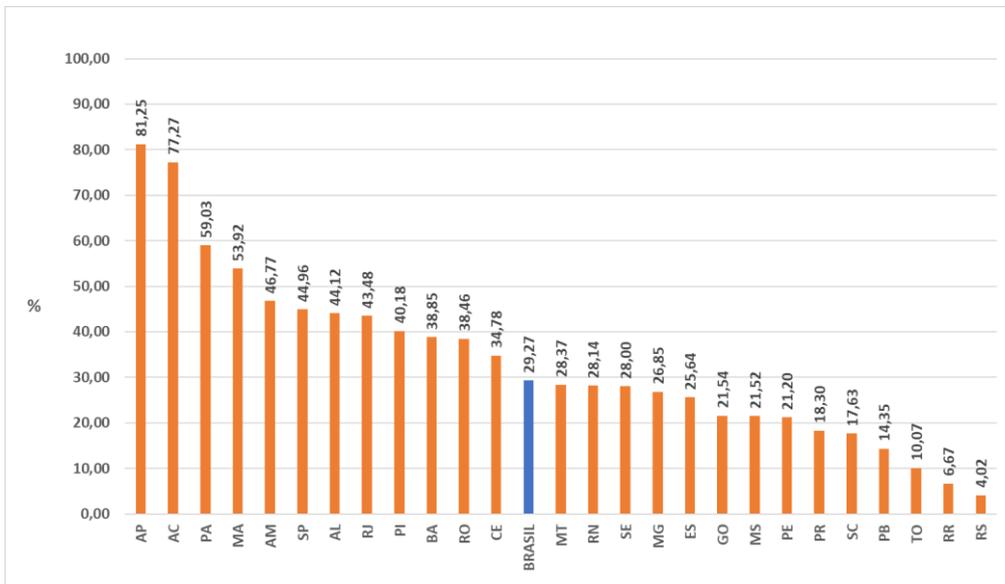
Sobre os municípios que não encaminharam os RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que a maior proporção de municípios nessa situação foi observada no estado Amapá para os três quadrimestres (gráficos 33, 34 e 35).

Gráfico 33 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2020 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



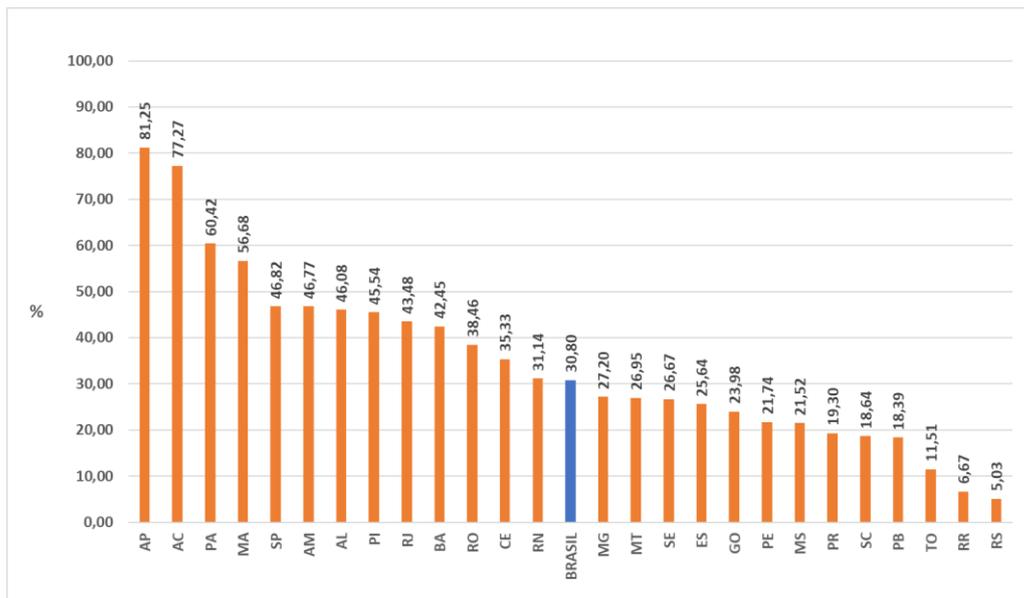
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Gráfico 34 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2020 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Gráfico 35 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2020 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Considerando-se o total de municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde, esse número somou 1.772 (31,82% de todos os municípios brasileiros), que representa uma decréscimo de 1,28% em relação à apuração realizada em 30/04/2023 (1.795 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.530 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2020 (86,34% de todos municípios pendentes); 89 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2020 (5,02% de todos municípios pendentes) e 153 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2020 (8,63% de todos municípios pendentes). A tabela 5 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 5 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2020

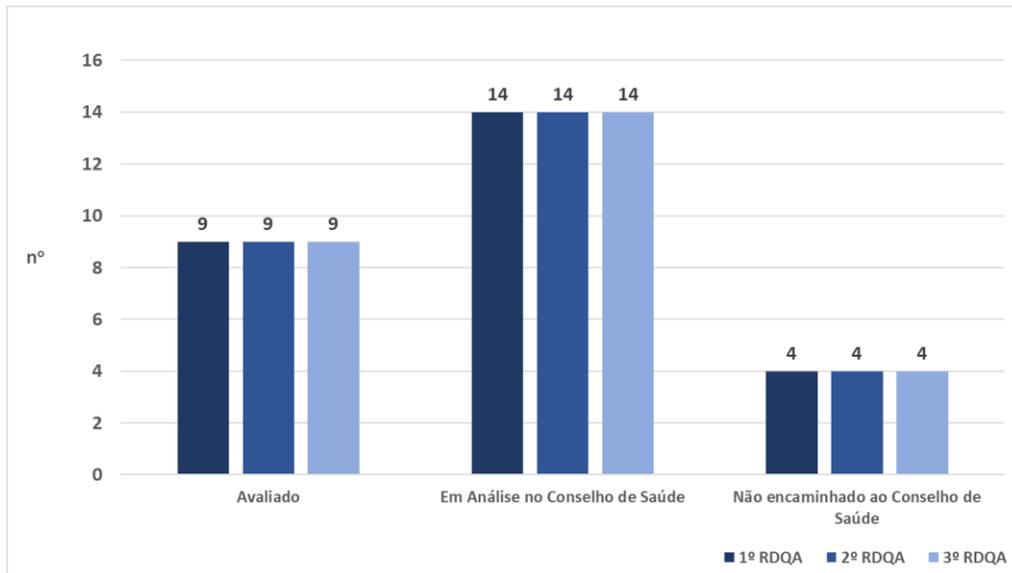
UF	Quantidade de RDQA 2020 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	0	17	17	22	77,27
AL	2	0	45	47	102	46,08
AM	2	0	28	30	62	48,39
AP	0	0	13	13	16	81,25
BA	18	4	157	179	417	42,93
CE	4	3	61	68	184	36,96
ES	0	1	19	20	78	25,64
GO	9	2	50	61	246	24,80
MA	7	2	115	124	217	57,14
MG	24	23	203	250	853	29,31
MS	0	0	17	17	79	21,52
MT	6	5	32	43	141	30,50
PA	3	1	84	88	144	61,11
PB	10	3	29	42	223	18,83
PE	6	2	35	43	184	23,37
PI	13	2	88	103	224	45,98
PR	6	2	71	79	399	19,80
RJ	2	6	34	42	92	45,65
RN	9	5	42	56	167	33,53
RO	0	0	20	20	52	38,46
RR	0	0	1	1	15	6,67
RS	6	1	19	26	497	5,23
SC	3	3	49	55	295	18,64
SE	1	2	18	21	75	28,00
SP	16	21	271	308	645	47,75
TO	6	1	12	19	139	13,67
BRASIL	153	89	1.530	1.772	5.568	31,82

Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/05/2023

RDQA de 2021

Quatro unidades federativas não encaminharam os três RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no gráfico 36.

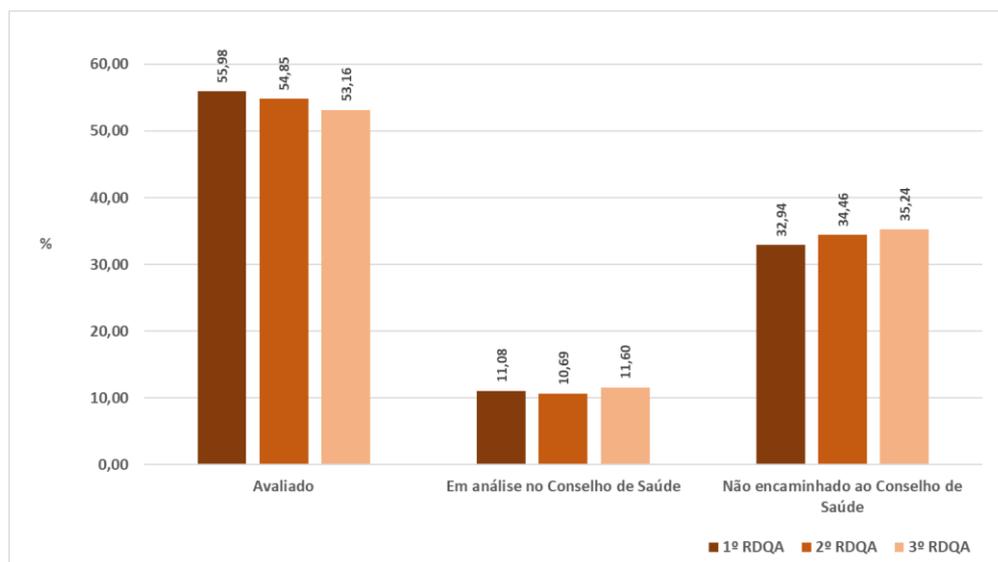
Gráfico 36 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Em análise análoga para os municípios, observou-se que na média dos três RDQA de 2021; 65,79% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 34,21% estão pendentes. O gráfico 37 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

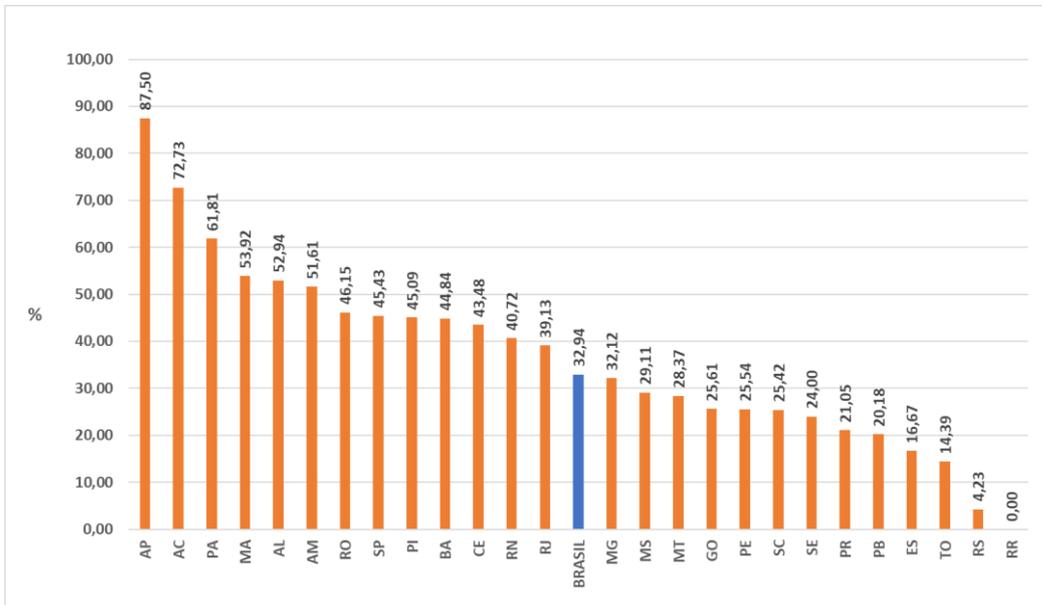
Gráfico 37 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

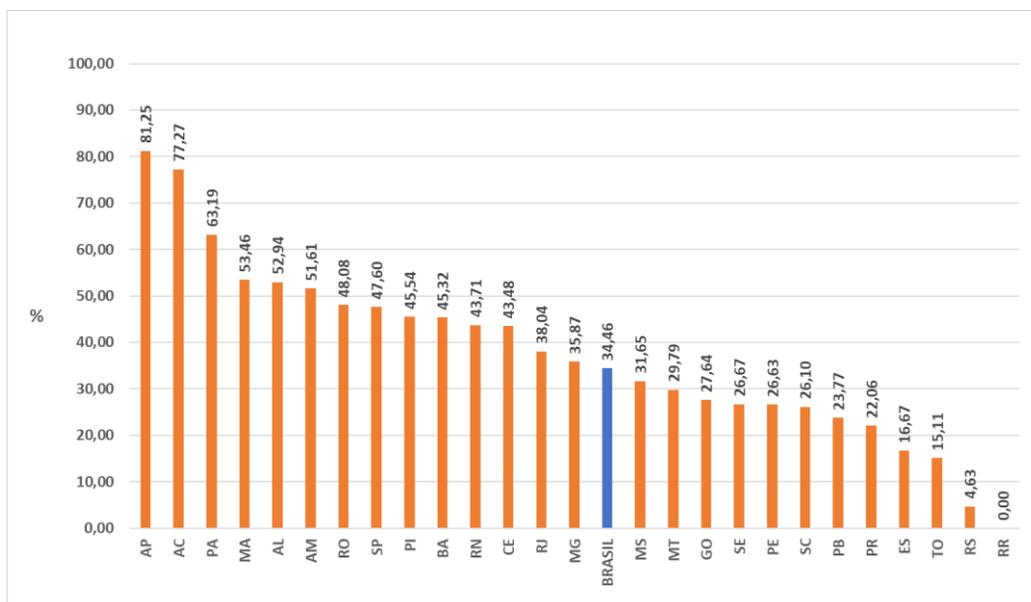
Tomando-se por base somente os municípios que não encaminharam os RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que a maior proporção de municípios nessa situação foi observada no estado Amapá para os três quadrimestres (gráficos 38, 39 e 40).

Gráfico 38 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2021 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



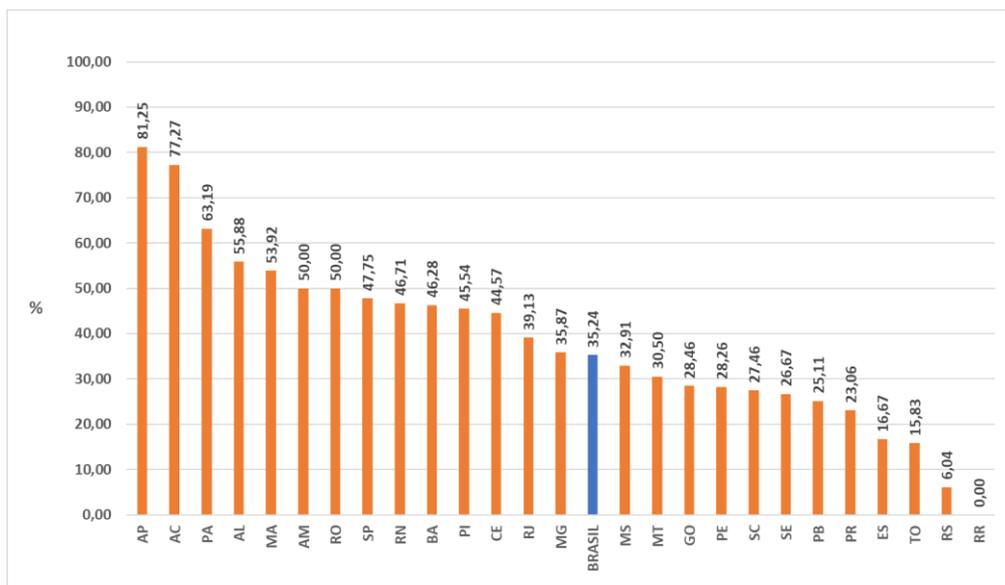
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Gráfico 39 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2021 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Gráfico 40 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2021 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Considerando-se o total de municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que esse número somou 1.999 (35,90% de todos os municípios brasileiros), que representa uma decréscimo de 2,30% em relação à apuração realizada em 30/04/2023 (2.046 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.811municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2021 (90,60% de todos municípios pendentes); 94 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2021 (4,70% de todos municípios pendentes) e 94 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2021 (4,70% de todos municípios pendentes). A tabela 6 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 6 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2021

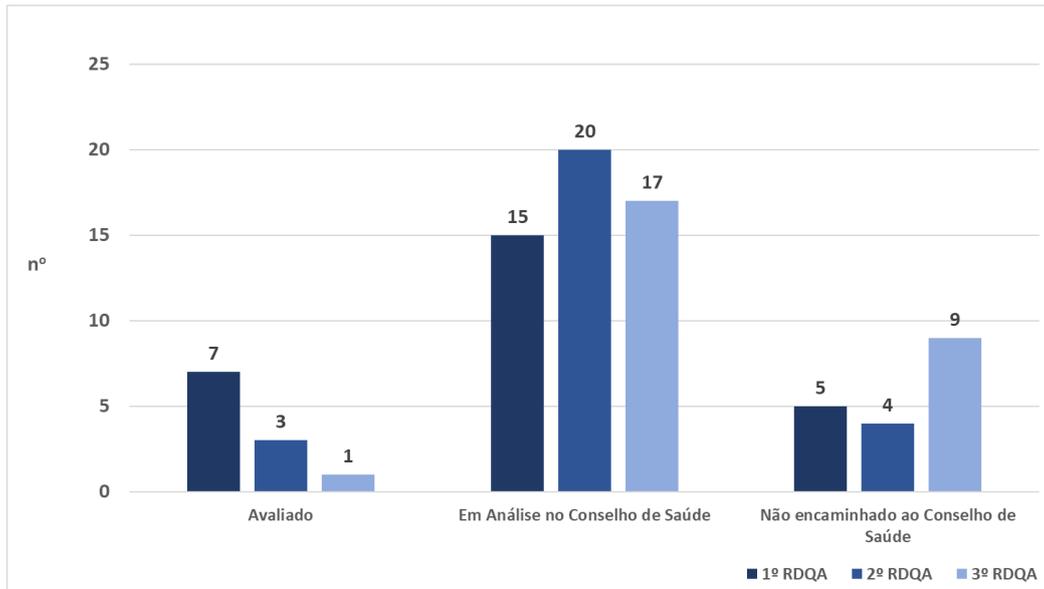
UF	Quantidade de RDQA 2021 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	1	16	17	22	77,27
AL	4	1	53	58	102	56,86
AM	3	1	30	34	62	54,84
AP	1	0	13	14	16	87,50
BA	4	2	187	193	417	46,28
CE	2	0	80	82	184	44,57
ES	0	0	13	13	78	16,67
GO	4	4	63	71	246	28,86
MA	2	3	114	119	217	54,84
MG	16	33	268	317	853	37,16
MS	1	2	23	26	79	32,91
MT	3	1	40	44	141	31,21
PA	1	3	88	92	144	63,89
PB	7	6	45	58	223	26,01
PE	3	2	47	52	184	28,26
PI	0	1	101	102	224	45,54
PR	11	2	83	96	399	24,06
RJ	3	1	34	38	92	41,30
RN	5	5	68	78	167	46,71
RO	1	1	24	26	52	50,00
RR	0	0	0	0	15	0,00
RS	9	4	19	32	497	6,44
SC	5	3	74	82	295	27,80
SE	0	2	18	20	75	26,67
SP	8	15	290	313	645	48,53
TO	1	1	20	22	139	15,83
BRASIL	94	94	1.811	1.999	5.568	35,90

Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/05/2023

RDQA de 2022

Cinco e quatro unidades federativas ainda não encaminharam, respectivamente, o 1º e 2º RDQA para avaliação no Conselho de Saúde e nove não o fizeram com relação ao 3º RDQA. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no gráfico 41.

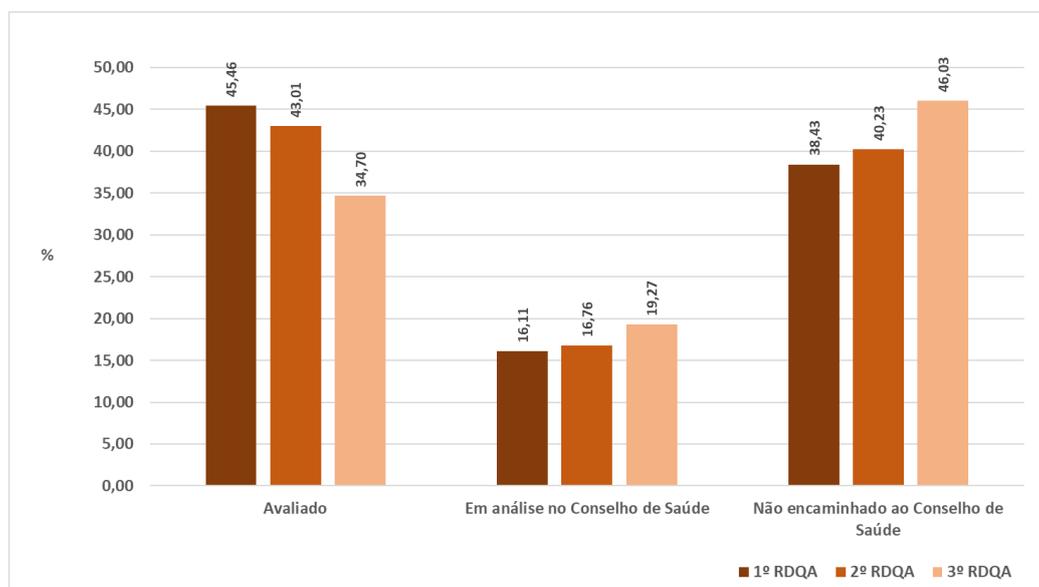
Gráfico 41 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Para os municípios, observou-se que na média dos três RDQA de 2022; 58,44% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 41,56% estão pendentes. O gráfico 42 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

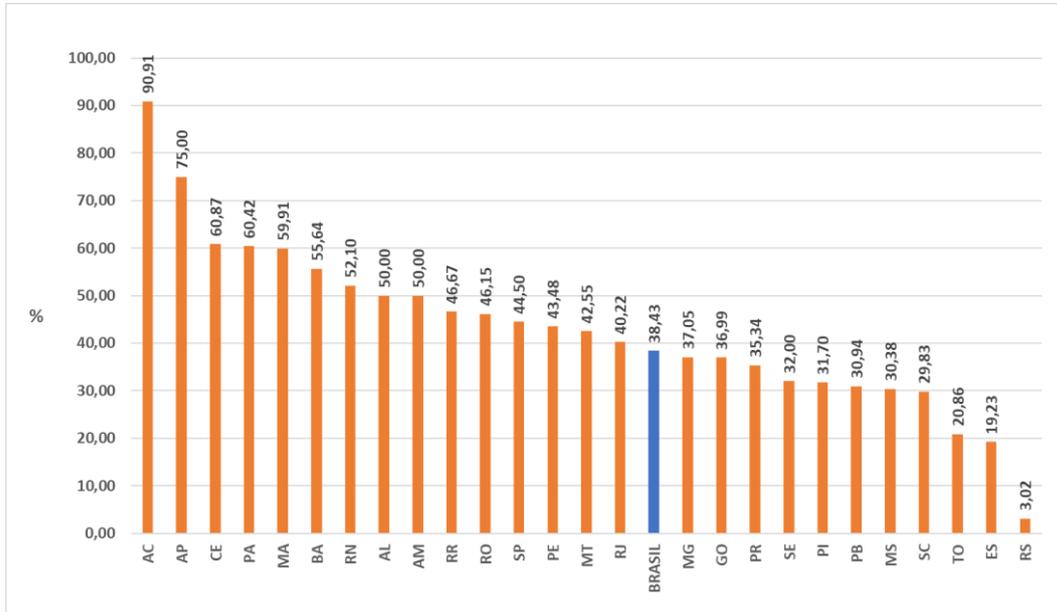
Gráfico 42 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

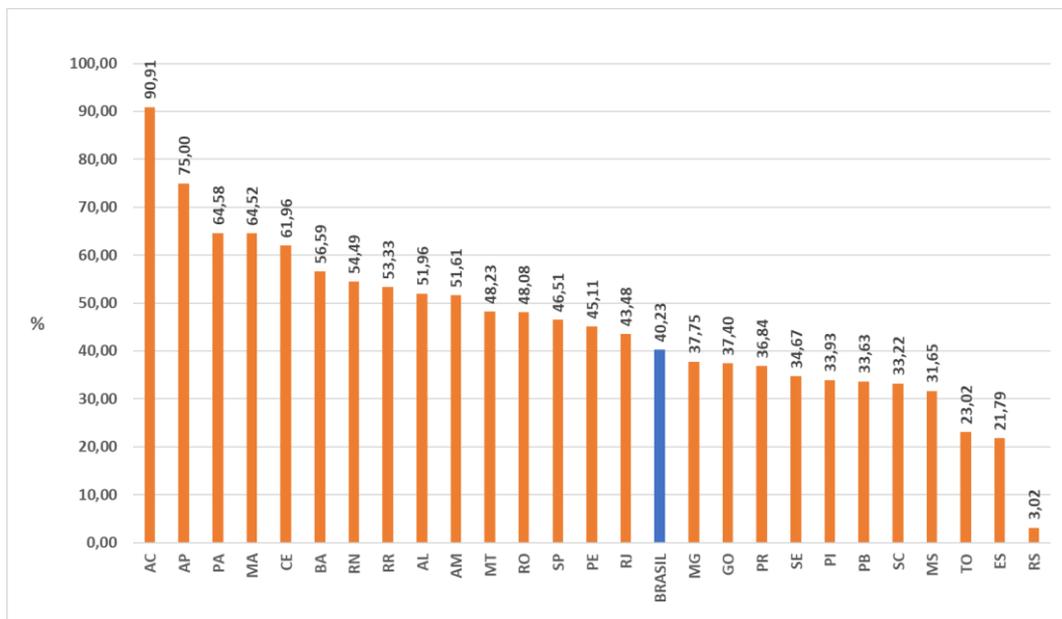
Na análise por cada estado, gráficos 43, 44 e 45, observaram-se no estado do Acre as maiores proporções de municípios que não encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde), nos três quadrimestres de 2022.

Gráfico 43 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2022 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



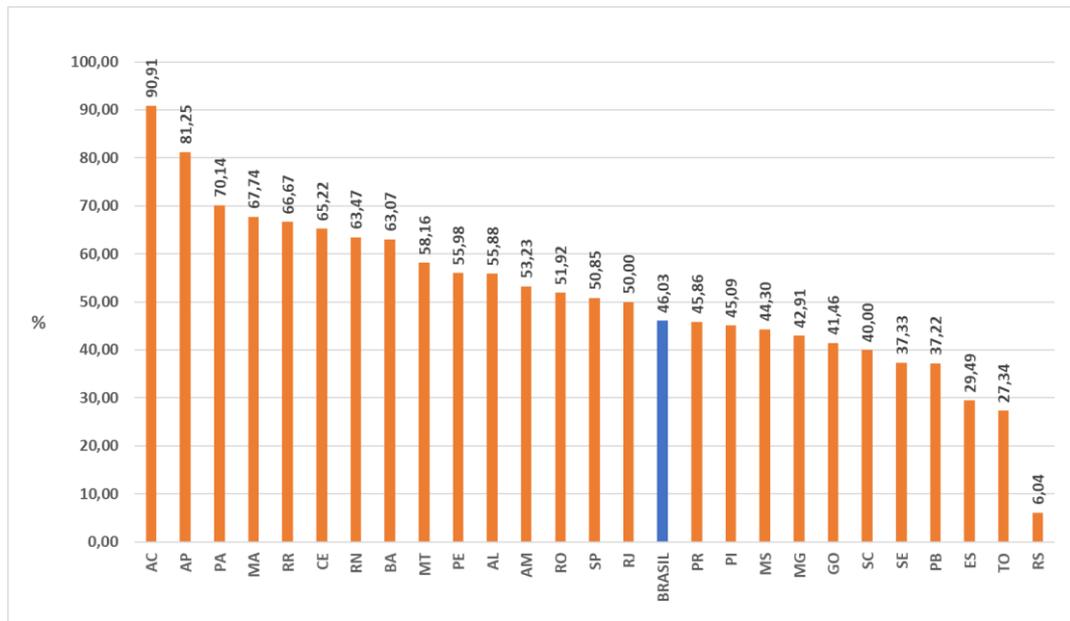
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Gráfico 44 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2022 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Gráfico 45 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2022 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

Em relação municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2022 para avaliação Conselho de Saúde, observa-se que esse número somou 2.585 (46,43% de todos os municípios brasileiros), que representa uma decréscimo de 9,07% em relação à apuração realizada em 30/04/2023 (2.843 municípios com pendências).

A maior parte desse total (2.110 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2022 (81,62% de todos municípios pendentes); 138 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2022 (5,34% de todos municípios pendentes) e 337 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2022 (13,04% de todos municípios pendentes). A tabela 7 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 7 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2022

UF	Quantidade de RDQA 2022 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	0	20	20	22	90,91
AL	4	2	51	57	102	55,88
AM	1	1	31	33	62	53,23
AP	1	0	12	13	16	81,25
BA	26	6	231	263	417	63,07
CE	6	2	112	120	184	65,22
ES	6	2	15	23	78	29,49
GO	12	6	87	105	246	42,68
MA	7	10	130	147	217	67,74
MG	53	15	307	375	853	43,96
MS	10	1	24	35	79	44,30
MT	14	11	58	83	141	58,87
PA	8	6	87	101	144	70,14
PB	9	7	68	84	223	37,67
PE	19	5	79	103	184	55,98
PI	24	7	70	101	224	45,09
PR	37	10	138	185	399	46,37
RJ	6	3	37	46	92	50,00
RN	17	3	87	107	167	64,07
RO	3	2	23	28	52	53,85
RR	2	1	7	10	15	66,67
RS	15	3	13	31	497	6,24
SC	19	12	87	118	295	40,00
SE	2	2	24	28	75	37,33
SP	30	18	283	331	645	51,32
TO	6	3	29	38	139	27,34
BRASIL	337	138	2.110	2.585	5.568	46,43

Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/05/2023

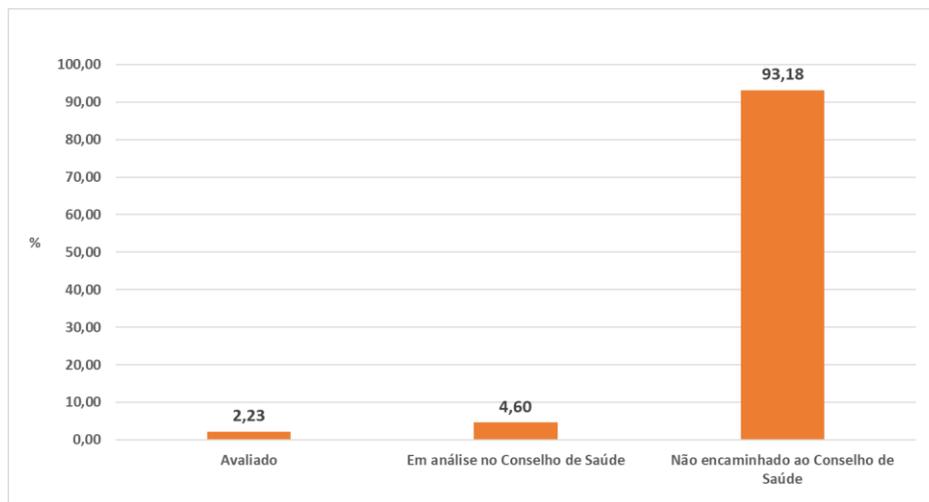
RDQA de 2023

A partir da apuração de maio, esse boletim apresentará a apuração de entrega do RDQA 2023, especificamente o primeiro quadrimestre, cujo prazo de entrega definido pela legislação é maio do ano em questão.

No tocante às unidades federativas, oito encaminharam o 1º RDQA de 2023 para avaliação no Conselho de Saúde e dezenove estavam pendentes.

Em relação aos municípios, mais de 90% deles não encaminharam 1º RDQA de 2023 para avaliação no Conselho de Saúde (gráfico 46).

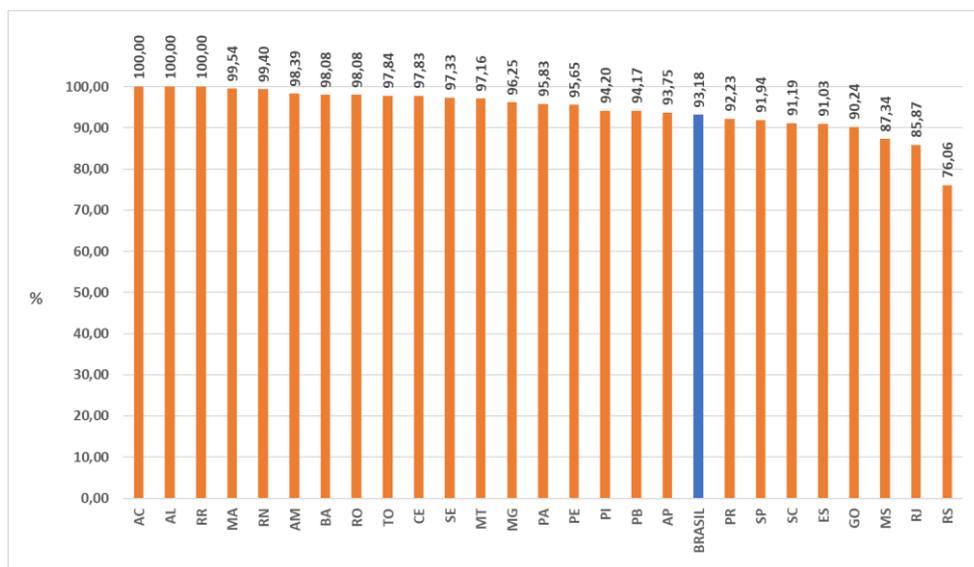
Gráfico 46 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do 1º RDQA (2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

E o gráfico 47 demonstra a proporção de municípios pendentes por unidade federativa.

Gráfico 47 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2023 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/05/2023

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Manual de planejamento no SUS**. 1. ed. rev. Brasília, DF: MS: Fiocruz, 2016. (Série Articulação Interfederativa, v. 4). Disponível em: <https://bit.ly/planejamentosus>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual do usuário**: módulo planejamento – DigiSUS Gestor. Brasília, DF: MS, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/manualdgm>. Acesso em: 9 jul. 2021.

Conte-nos o que pensa sobre esta publicação.

Responda à pesquisa disponível por meio do link:

<https://ncv.microsoft.com/BazoIU6zAn>



DISQUE SAÚDE **136**

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
bvsm.s.saude.gov.br



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

